



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEFESA SOCIAL E
MEDIÇÃO DE CONFLITOS**

Elson Luiz Brito da Silva

**VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E OS NOVOS MOVIMENTOS
SOCIAIS LGBT**

Orientadora: Profa. Sílvia dos Santos de Almeida, Dra.

Coorientador: Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, Dr.

Belém-PA

2014

Elson Luiz Brito da Silva

**VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E OS NOVOS MOVIMENTOS
SOCIAIS LGBT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos PPGDSMC, da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Segurança Pública.

Orientadora: Profa. Silvia dos Santos de Almeida, Dra.

Coorientador: Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, Dr.

Área de Concentração: Segurança Pública.

Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Belém-PA

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Silva, Elson Luiz Brito da

Violência homofóbica e os movimentos sociais LGBT / Elson Luiz Brito da Silva. - 2014.

Orientador (a): Sílvia dos Santos de Almeida

Coorientador (a): Edson Marcos Leal Soares Ramos

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos, Belém, 2014.

1. Homofobia - Belém, Região Metropolitana de (PA). 2. Direitos dos homossexuais. 3. Direitos humanos. 4. Homossexualismo. 5. Violência. 6. Movimentos sociais. I. Título.

CDD - 22. ed. 306.766098115

Elson Luiz Brito da Silva

**VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E OS NOVOS MOVIMENTOS
SOCIAIS LGBT**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para obtenção do grau de Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos, no Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos.

Belém, 19 de Dezembro de 2014.

Prof. Wilson José Barp, Dr.
(Coordenador do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública)

Banca Examinadora

Profa. Sílvia dos Santos de Almeida, *Dra.*
Universidade Federal do Pará – PPGSP
Orientadora

Profa. Adrilayne dos Reis Araújo, M. Sc.
Universidade Federal do Pará – PPGDSMC
Avaliadora Interna

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*
Universidade Federal do Pará - PPGDSMC
Coorientador

Profa. Simone Sousa da Costa Silva *Dra.*
Universidade Federal do Pará– PPGTPC
Avaliadora Externa

Prof. Wilson José Barp, Dr.
Universidade Federal do Pará - PPGDSMC
Avaliador Interno

Dedico esta conquista

a quem cultivou a dor do silêncio, estancou a ferida da vergonha, escondeu-se nas ruas escuras do medo. Agora, enfrenta seus malfeitores com a força de uma escolha: a de ser feliz.

Elson Brito.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é a arte da simplicidade, então, agradeço e sempre agradecerei a quem lutou ao meu lado e venceu. A minha dissertação ou a nossa é um produto coletivo de pessoas e entidades, são essas pessoas e entidades a quem presto meus eternos agradecimentos.

Ao meu DEUS, tudo que sou e serei devo a ti senhor, a honra e glória desse trabalho são só teu, fui apenas um instrumento da tua vontade.

Aos meus Pais, Bernardo Pereira e Bernarda Brito (*In memoriam*), herdeiro que sou de suas virtudes e qualidades de vida, de vós herdei a simplicidade do pensar e altivez do agir, sou vosso filho, sou fruto de vosso sonho.

À minha amada esposa, companheira e amiga Patrícia Castro, nada mais justo e correto agradecer, nunca houve a minha conquista, e sim a nossa conquista.

As minhas amadas filhas: Juliana, Eloahe Bernarda (Pietra), tudo que sou e faço penso em vocês.

Aos meus amados irmãos e irmãs, somos frutos de uma estória de luta e conquistas, sem vocês nada seria possível.

Aos meus comandantes e amigos: CEL ADILSON e TEN CEL F. GIBSON, grandes colaboradores nos principais momentos dessa árdua caminhada acadêmica.

Ao Cel PM BRAGA, corregedor geral da PMPA, por todo apoio dado durante a elaboração deste trabalho acadêmico.

A Universidade Federal do Pará, por acreditar na proposta de integrar a academia a discussão da segurança pública por meio da adoção do convênio com o Sistema de Segurança Pública do Estado.

Ao Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Segurança Pública do Estado, por entender a real necessidade da integração do conhecimento produzido no meio acadêmico com os saberes e experiências dos profissionais de segurança pública do Estado.

À minha orientadora SILVIA ALMEIDA, a quem dedico o sucesso desse trabalho, exemplo de força da mulher trabalhadora, inteligente e capaz de transformarem realidade um sonho.

Ao meu coorientador EDSON RAMOS, um pesquisador em movimento, com um senso de percepção e perspicácia apurado, atributos repassados durante a construção desse trabalho.

Ao meu amigo e professor JAIME SOUSA, sua contribuição sociológica foi, sem dúvida, de fundamental importância, pois deu o tom certo ao trabalho, quero agradecer por todos os conselhos e orientações.

Aos professores do nosso Programa por todos os ensinamentos, por todas as orientações e por toda experiência de vida a nós dispensada.

Aos meus companheiros do mestrado, cada um de vocês faz parte da minha história de vida, valeu cada momento, cada discussão e cada aprendizado.

A minha amiga Tatiane Tolosa, grande socióloga e policial militar que contribui de forma decisiva na construção da base de dados dessa dissertação.

As minhas amigas Débora e Lorena (LASIG) apesar de tão pouco tempo, aprendi a reconhecer tamanha capacidade resolutiva em estatística, suas colaborações foram essenciais na construção dos dados estatísticos e análise dessa dissertação.

Aos companheiros e amigo Erlyc Ferreira, grande colaborador e revisor desse trabalho, alguém com a percepção aguçada e uma sensibilidade crítica sem precedentes.

Aos companheiros do movimento LGBT em especial às lideranças políticas, por toda luta em prol da construção de uma cidadania homossexual absoluta.

RESUMO

DA SILVA, Elson Luiz Brito. Violência Homofóbica e os novos movimentos LGBT. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública). PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2014. Mestrado.

Este trabalho se propõe analisar a Participação Política das Lideranças LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) na Região Metropolitana de Belém (RMB) e traçar um perfil aproximado desses ativistas, a fim de entender a estratégia de visibilidade homossexual face às demandas políticas desse segmento. Para tal, utiliza-se com pano de fundo a violência homofóbica na Região Metropolitana de Belém, dentro da perspectiva discursiva analítica, onde na estratégia metodológica adotada para a coleta dos dados constou da aplicação de questionários e análise estatística. Também se buscou estabelecer conexões entre as demandas específicas dos grupos LGBT e suas Lideranças Políticas, bem como, tal ativismo político contribuem pra a ampliação do painel de reivindicações de demandas sociais diversas e quais as consequências das peculiaridades desse arranjo para os objetivos do Movimento de Afirmação do Orgulho LGBT na Região Metropolitana de Belém. Como resultado, observou-se lideranças com faixa-etária predominante de 18 e 32 anos (66,67%), com um perfil de escolaridade de ensino médio completo e superior completo (66,67%), onde 83,33% são do sexo masculino. Tais argumentações entre representatividade política e luta pela cidadania homossexual abordadas neste trabalho contribuíram para a construção de uma estratégia de ação e posicionamento da Violência Homofóbica.

Palavras-chave: Ativismo Político; Políticas Públicas; Subpolítica.

ABSTRACT

DA SILVA, Elson Luiz Brito. Homophobic violence and the new LGBT movements. Dissertation (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública). PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brazil, 2014. Master's Degree.

This paper proposes to analyze the political participation of LGBT leaders (lesbian, gay, bisexual and transgender people) in the metropolitan region of Belém and draw a rough profile of those activists. in order to understand the strategy of gay visibility vis-à-vis political demands in this segment. using with backdrop of homophobic violence in RMB, within the discursive perspective analytical. the methodological strategy adopted for data collection consisted of the application of questionnaires. Sought to establish connections between the specific demands of LGBT groups and their políticas.bem Leaders with such political activism contributes to the expansion of the various social demands and claims which the consequences of the peculiarities of this arrangement for the purposes of the movement of LGBT pride's assertion in the metropolitan region of Belém. As a result, leadership was observed with predominant age range between 18 and 32 years (66.67%), with a full high school education and above 66.67% full, where 83.33% are male. Such arguments between political representation and struggle for homosexual citizenship addressed in this work contributed to the construction of an action strategy and positioning of Homophobic violence..

Keywords: Political Activism; Public Policies; Subpolítica.

LISTA DE TABELAS

- 4.1 *Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Grau de Escolaridade* 50
- 4.2 *Percentual de Ocorrências de Caráter Homofóbico Registrada na Região Metropolitana de Belém de Outubro de 2012 a Outubro de 201,3 por Local de Ocorrência* 56

LISTA DE FIGURAS

3.1	<i>Mapa da Região Metropolitana de Belém.....</i>	39
4.1	<i>Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Faixa Etária.....</i>	47
4.2	<i>Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Raça/Cor.....</i>	48
4.3	<i>Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Gênero Auto declarado.....</i>	49
4.4	<i>Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Orientação sexual.....</i>	50
4.5	<i>Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Conhecimento do Plano Estadual de Combate a Homofobia.</i>	51
4.6	<i>Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Participação em Movimento Social.....</i>	52
4.7	<i>Percentual de Ocorrências de Caráter Homofóbico Registradas na Região Metropolitana de Belém de Outubro de 2012 a Outubro de 2013, por mês.....</i>	53
4.8	<i>Percentual de Ocorrências de Caráter Homofóbico Registradas na Região Metropolitana de Belém de Outubro de 2012 a Outubro de 2013, por Gênero da Vítima.....</i>	54
4.9	<i>Percentual de Ocorrências de Caráter Homofóbico Registradas na Região Metropolitana de Belém de Outubro de 2012 a Outubro de 2013, por Tipo de Registro.....</i>	55

LISTA DE SIGLAS

ABGLT: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transgêneros.

BSH: Brasil Sem Homofobia.

CEF: Constituição Federal.

LGBT: . Lésbicas, Gays, Travestis e Transgêneros.

MHB: Movimento Homossexual Brasileiro.

ONG: Organização Não Governamental.

ONU: Organização das Nações Unidas.

PSH: Pará Sem Homofobia.

RMB: Região Metropolitana de Belém.

SDH: Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

SEDES: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.

SIAC: Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal.

SISP: Sistema Integrado de Segurança Pública.

SSSCHUTZSTAFFEL: Polícia Secreta do Nazismo.

TI: Inteligência da informação.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
INTRODUÇÃO	1
1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	1
1.2 HIPÓTESE	3
1.3 SITUAÇÃO PROBLEMA	3
1.4 OBJETIVOS	3
1.4.1 Objetivo Geral	4
1.4.2 Objetivos Específicos	4
1.4 LIMITAÇÃO DO TRABALHO	4
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	4
CAPÍTULO 2	6
REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 DIVERSIDADE SEXUAL E SEGURANÇA PÚBLICA	6
2.2 A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT: TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS	11
2.2.1 Movimento LGBT no Mundo	11
2.2.2 O Movimento LGBT no Brasil: Lutas e Avanços	13
2.2.3 O Brasil Sem Homofobia	15
2.3 VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL	17
2.3.1 Estado e Políticas Públicas: A Homofobia no Pará	21
CAPÍTULO 3	25
METODOLOGIA	25
3.1 ÁREA DE ESTUDO	25
3.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA	27
3.3.1 Método de Amostragem	27
3.3.2 Estatística Descritiva	28
CAPÍTULO 4	29
ATIVISMO POLÍTICO E VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NA RMB: RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
4.1 ATIVISMO POLÍTICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	29
4.1.1 Ativismo político LGBT na RMB	33

4.2 VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: UM BREVE CENÁRIO	39
CAPÍTULO 5	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	44
5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
5.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	46
REFERÊNCIAS	47
GLOSSÁRIO	52
APÊNDICE	53

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão abordados aspectos que justificam a dissertação, assim como sua importância, objetivo, hipótese, limitação e estrutura.

1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Nesta pesquisa, aproveitando o espaço democrático acadêmico, se discute a violência homofóbica e o ativismo político do movimento Lésbicas, Gays, Travestis e Transgêneros (LGBT) na Região Metropolitana de Belém, pretendendo indicar, de uma maneira clara, aspectos ligados aos avanços e retrocessos na construção da cidadania homossexual na região.

Desta forma, a pesquisa assume um caráter de relevância social uma vez que busca debater o processo de construção da cidadania LGBT no Brasil, em especial no Estado do Pará, discussão que se institucionalizou com a implantação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), no ano de 2004, sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDHPR), capitalizando-se por diversos estados da União, chegando ao Pará em 2008, por meio do Programa Pará Sem Homofobia (PSH).

O que ensejou esforços para a implantação de política pública voltada ao grupo LGBT diz respeito aos conflitos sociais produzidos sob o manto da intolerância e da resistência, símbolos da violência cotidiana evidenciadas em diversos espaços sociais contra este segmento da população, conforme se evidencia no Relatório de Violência Homofóbica de 2011 (BRASIL, 2012).

É importante salientar que a violência tem um lugar de destaque na luta histórica dos movimentos LGBT. Neste sentido, segundo Moot (2006) “A organização política desses movimentos denunciou as mais variadas agressões motivadas pela orientação sexual do agredido. Dados apontam um montante superior a 2.500 homicídios de homossexuais no Brasil entre 1963 a 2004”.

No contexto internacional a luta pela cidadania homossexual tem no levante de Stonewall, nos Estados Unidos em 1969, o seu grande divisor de águas, a partir daí o movimento LGBT ganhou visibilidade mundial.

Há de ressaltar que grupos e organizações homossexuais já existiam na Europa e na América do Norte, em especial nos Estados Unidos. O surgimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) como epidemia favoreceu uma maior articulação que combatia a discriminação imposta pela doença, conhecida como “Doença Gay”; o debate então tomou um novo direcionamento, ou seja, a busca pela não discriminação motivada pela orientação sexual.

Convém destacar o pensamento de Fachinni (2005) que salienta a importância adquirida pelos movimentos sociais ligados aos grupos LGBT no Brasil, que eclodiram principalmente com a redemocratização do país ocorrida entre os anos de 1984/85. Desta forma, a autora afirma:

No cenário brasileiro, o processo de abertura política (1984/85) contribuiu para a mobilização do movimento LGBT no país, principalmente nas décadas de 70 e 80 do século passado. A luta pela cidadania homossexual teve predominância no eixo Rio de Janeiro e São Paulo com um discurso político e fortemente marcado pela contestação do período da ditadura militar no país. A liberação da homossexualidade e projetos de inspiração socialista, bem como anarquista, dava o tom político do movimento (FACHINNI, 2005).

Reeditando as reivindicações realizadas no âmbito internacional, no Brasil, a prática do movimento foi alertar a sociedade para a violação dos direitos humanos da população LGBT. A discussão é ampliada com o foco na criação de demandas específicas e assim pressionar o estado a formular políticas públicas que combatam a homofobia.

Diante da efervescência dos movimentos sociais atrelados à defesa dos direitos LGBT, em 2004, o Governo Federal lançou o programa *Brasil Sem Homofobia*. Programa de combate à violência e à discriminação contra a população LGBT e de promoção da cidadania homossexual. Estruturado nos eixos de saúde, educação, cultura, trabalho, justiça e segurança, incluindo-se políticas direcionadas à juventude, à mulher e ao negro, o Programa BSH está composto por 53 ações propositivas, e prevê atuação articulada entre vários Ministérios com vistas a contemplar todos os objetivos propostos.

Frente à breve discussão apresentada, destaca-se que a escolha do objeto deste trabalho coincidiu com a implantação, em 2008, do programa *Pará Sem Homofobia* pelo

Governo do Estado, onde por meio do comitê gestor do Plano Estadual de Secretaria Pública de Combate a Homofobia, pretendia-se implementar políticas ligadas à segurança pública. É interessante, neste cenário, elencar a concepção de Heller (1992) no tocante aos preconceitos que, segundo o autor, são criados e disseminados na esfera cotidiana, desse modo, numa categoria do pensamento e do comportamento cotidiano. Ele pode ter um caráter individual ou social, no entanto a maioria deve possuir caráter mediato ou imediatamente social.

Lança-se, deste modo, ao desafio de compreender, com maior propriedade, as ações desenvolvidas pelo poder público, principalmente com a participação do autor deste trabalho no Comitê Gestor e a dinâmica proposta pela implantação do Plano Estadual que fortaleceram a necessidade de pesquisar sobre a temática.

Diante dessas considerações, acredita-se que essa pesquisa vem contribuir no combate a homofobia no Estado do Pará, em especial, no seio das instituições ligadas à Segurança Pública.

1.2 HIPÓTESE

A Hipótese desta dissertação é que a Violência Homofóbica é pouco discutida pelos movimentos sociais LGBT na região metropolitana de Belém, em virtude da falta de empoderamento por parte dessas lideranças quanto ao conteúdo da problemática.

1.3 SITUAÇÃO PROBLEMA

A questão que surge como problemática nesta pesquisa é: a falta de Ativismo Político LGBT na Região Metropolitana de Belém se constitui como problema para o avanço das questões ligadas a causa de luta e construção da cidadania homossexual, principalmente em relação à violência Homofóbica na Região Metropolitana de Belém?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Avaliar a participação do movimento LGBT na Região Metropolitana de Belém e suas consequências na construção da cidadania homossexual.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar teoricamente conceitos sobre sexualidade e violência homofóbica, afim de consubstanciar uma discussão mais apropriada do debate proposto;
- b) Discutir os conceitos de movimentos sociais e luta LGBT em diversas esferas sociais, bem como apresentar um cenário de Violência Homofóbica na RMB;
- c) Apresentar um perfil aproximado das lideranças políticas por meio de técnicas estatísticas para mensurar o ativismo político na RMB.

1.4 LIMITAÇÃO DO TRABALHO

A limitação dessa pesquisa concentra-se na falta de estudos acadêmicos a cerca do ativismo político LGBT na Região Metropolitana de Belém e suas implicações na organização da luta em prol da cidadania homossexual na RMB, o que dificultou a construção de análises comparativas para discussão mais profundas.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação é estruturada em 5 capítulos, assim divididos:

O Capítulo 1 trata-se da introdução do estudo, produzindo as primeiras considerações sobre o objeto de pesquisa, sua relevância, sua problematização, os objetivos, a hipótese, a justificativa e a organização do trabalho.

O Capítulo 2 se propõe a apresentar uma construção teórica de diversas categorias que identificam a base de discussão deste trabalho, contribuindo de forma decisiva para o discernimento sobre a temática estudada.

O Capítulo 3 apresenta-se a abordagem da metodologia adotada na dissertação, destacando, inicialmente, a área de estudo; em seguida, aspectos da obtenção e descrição de dados e, por fim, a análise estatística, com destaque para a apresentação dos métodos de amostragem e estatística descritiva do trabalho.

O Capítulo 4, refere-se ao levantamento realizado com vistas a identificar os aspectos políticos das lideranças LGBT na Região Metropolitana de Belém, traçando um perfil aproximado desses líderes e conseqüentemente, vislumbrar a participação política no processo de construção da cidadania homossexual na grande Belém. Além de apresentar dados sobre o registro da violência homofóbica na RMB.

O Capítulo 5 apresenta sugestões a partir de considerações finais e recomendações para trabalhos futuros.

CAPÍTULO 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo se propõe a apresentar uma construção teórica de diversas categorias que identificam a base de discussão deste trabalho, contribuindo de forma decisiva para o discernimento sobre a temática estudada.

2.1 DIVERSIDADE SEXUAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Para discutir violência na contemporaneidade é necessário revisitar algumas das principais correntes teóricas que buscam elucidar a temática. Destacamos que o conceito é polissêmico e sofre interferências em diferentes momentos e situações sociais, como assevera Adorno (2002).

Apropriando-se do pensamento de Tavares dos Santos (1993), é possível compreender o conceito violência como:

A afirmação de poderes, legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social: a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo (...). Sua forma social contemporânea estaria expressa no excesso de poder que impede o reconhecimento do outro - pessoa, classe, gênero ou raça - mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea (TAVARES DOS SANTOS, 1993: 16).

Pode-se atribuir ao conceito de violência um conjunto de variáveis sociais, políticas e econômicas que estruturadas em relações de poder e conflitualidade, nos diversos campos sociais de influência.

Na mesma linha, Foucault (1977: 37): “Compreende a fenomenologia da violência baseada no conceito de microfísica ou poder, isto é, existe uma rede de poderes que permeiam as relações sociais, marcando as interações entre os grupos e as classes”. O aspecto cultural, delineado no pensamento de Foucault (1977), apresenta-se como de fundamental importância para compreender a violência “velada” que está cotidianamente nas cidades, dentre as quais, encontra-se àquelas que violam os direitos humanos dos homossexuais.

Destarte, esse cenário de violência no Brasil é fruto das profundas desigualdades sociais, extrapolando a esfera da Segurança Pública e passando a integrar a agenda de garantia

dos direitos sociais, o que torna o Estado brasileiro um mediador ilegítimo no enfrentamento da violência e da criminalidade.

Seguindo o mesmo raciocínio, Soares (2005:131) diz que: “Para compreender a questão da violência é necessário contextualizá-la de acordo com o tempo, a história, a política e a cultura local da sociedade”.

Beato Filho e Sousa (2003), Soares (2005) e Fernandes (2004) defendem que as políticas públicas para o controle da violência devem ser dirigidas à população dos bairros mais pobres, apesar de argumentarem que não há relação direta entre pobreza e criminalidade, mas que alguns fatores existentes nestes locais contribuem para o aumento da violência, a saber: desemprego, tráfico de armas e drogas, ausência de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, lazer e serviço de apoio às famílias.

Segundo Rua e Aguiar (1995), a implementação de uma política pode ser compreendida “como um conjunto de ações realizadas por grupos ou indivíduos de natureza pública que são direcionados para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões anteriores quanto a políticas”. Portanto, toda e qualquer Política Pública só se materializa e se efetiva por meio da execução de projetos que se tornam programas do Estado e posteriormente, adquirem concretude ao atingir a vida real. Isto é, suas ações concretas passam a modificar a realidade.

Sobre o Estado, Marques e Maia (2003) afirmam que:

A esfera pública se constitui através de processos deliberativos, como um espaço de discussão, de elaboração e reflexão racionais de busca de soluções para os problemas comuns através de uma confrontação pública de argumentos. Para Habermas, os indivíduos buscam, através do discurso, negociar sentidos, interpretar pontos de vista, questionar o conteúdo das normas propostas, visando um consenso pela força do melhor argumento. Tal consenso não se encontra livre de futuras revisões e contestações. Quando tornados públicos, os pontos de vista dos participantes da deliberação podem ser aceitos ou contestados, desde que estejam livres de formas coercitivas e não fiquem restritos a interesses individuais. (MARQUES; MAIA, 2003: 43).

A discussão sobre sexualidade, relações de poder e Estado que permeiam a problemática, reside nas reflexões tecidas por Jeffrey Weeks e por Foucault. Segundo Weeks (2003), o Estado secular, que emerge no século XVIII, se preocupa em elaborar uma moral baseada na ciência em oposição à religião; busca obter cada vez mais conhecimento sobre a sexualidade por meio dos saberes científicos, para então definir padrões para o “bom” funcionamento da sociedade. Já Foucault (1977; 1987) ressalta a presença de formas

sofisticadas de controle, a fim de normatizar o discurso, a ordem jurídica e práticas institucionais, transformando a sexualidade em questão política e em conformidade ao conhecimento científico, contribui para a proliferação de discursos a seu respeito.

Segundo Weeks (2003), sexualidade é definida como:

[...] Uma construção histórica, que reúne uma série de diferentes possibilidades biológicas e mentais, e formas culturais – identidade de gênero, diferenças corporais, capacidade de reprodução, necessidades, desejos, fantasias, práticas eróticas, instituições e valores – as quais não necessariamente estão relacionadas dessa forma, e em outras culturas de fato não estão. Todos os elementos constituintes da sexualidade têm como base o corpo e a mente, e aqui não estou tentando negar limites colocados pelos processos biológicos e mentais. Mas as capacidades do corpo e da psique adquirem sentido/significado somente em meio as relações sociais (WEEKS, 2003:62).

Inicialmente, as primeiras investigações demonstram que o fenômeno da violência¹ adquire novos contornos, abrangendo toda a sociedade indistintamente, exteriorizando-se numa multiplicidade de formas, que vai da violência ecológica à violência de gênero, dilacerando o conceito de cidadania, que, não raras vezes, mais parece uma utopia (MORAES; SORJ, 2009). Nesse sentido, e valendo-se dessas diferenças, a violência acaba por enfraquecer instituições seculares, como a família e a escola, além das instituições que compõem o sistema criminal (polícia, justiça).

No que concerne à família, notam-se mudanças nos laços sociais, pois suas funções, marcadas por relações de parentesco que buscam assegurar a reprodução da espécie, garantem também a reprodução do capital econômico e da propriedade do grupo. Aliado a isso, observa-se uma pluralidade de normas sociais (pluralismo jurídico) que faz surgir uma simultaneidade de padrões de orientação da conduta humana que, não raras vezes, divergem e são incompatíveis entre si (ELIAS, 1990, 1993; PEREIRA, 2000).

Ressalte-se a profunda mutação sofrida pela sociedade contemporânea, principalmente nos últimos 30 anos, a chamada era do *Globalismo* (IANNI, 1992, 1996; SOUSA SANTOS, 1994), que fez emergir novos dilemas interiores que se externalizam por meio de problemas sociais que, por sua vez, manifestam-se de forma articulada, com distintas especificidades. A violência de gênero, o racismo, a exclusão social (e digital) e a pobreza são facetas do fenômeno violência no mundo globalizado.

¹ Apesar da polissemia que o conceito de violência apresenta no decorrer deste trabalho se dará a conotação mais focada às relações sociais no ambiente urbano.

Acerca disso discorre Hespanha (1999):

E não só as velhas desigualdades sociais, baseadas nas diferenças de classes e de estatuto social em termos de rendimento, capital educacional ou prestígio não desapareceram como emergiram (ou se tornaram mais visíveis) novas desigualdades, baseadas em outros fatores de distinção como sexo, a etnia, a religião ou os modos de vida (HESPANHA, 1999: 70).

Os grupos sociais se multiplicam independente dos interesses sócio profissionais, mediante as possibilidades de associações em torno de interesses e de objetos variados. Nesse sentido, as questões sociais se tornam complexas e mundiais (CASTELS, 1995), abrangendo dimensões sociais diversas que passam a ser socialmente questionadas, a exemplo dos laços sociais, sendo esta fragmentação social ameaça à integração social, além de contribuir para o alastramento da violência, pois a fragmentação gera exclusão econômico-social, colaborando para o surgimento de práticas violentas como normas sociais particulares de diversos grupos. A interação social passa, assim, a ser marcada por estilos violentos de sociabilidade, invertendo as expectativas do processo civilizatório (ELIAS, 1990,1993; BOSI, 1994).

O quadro violento nas cidades, nos campos e florestas aponta para uma aceitação da violência por parte da sociedade. Este cenário provoca no Estado uma postura mais enérgica, como assinala Giddens (1996)

[...] Acredito que se possa assumir que todas as formas de violência devem ser minimizadas tanto quanto possível, sejam elas legítimas ou ilegítimas, em outras palavras, a tendência das autoridades governantes no sentido de assegurar um monopólio dos meios de violência não deveria ser equacionada como um recurso cada vez maior a violência (GIDDENS, 1996: 260).

Corroborando com essa ideia Faleiros (2007) considera que:

As políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais (FALEIROS, 2007: 46).

A palavra homofobia, que tem seu conceito não raramente ligado à homossexualidade e se materializa numa postura de rejeição, de fobia ao contato, teria aparecido, inicialmente, nos estudos de Weinberg (1972), que a definia como sendo o medo da homossexualidade.

Em contrapartida, Welzer-Lang (2001) traz a palavra num sentido mais abrangente. Etimologicamente, a palavra *homo*, seja em grego ou latim, significa, concomitantemente, tanto *o mesmo, idêntico*, quanto *homem*. Dessa forma, esse medo supracitado por Weinberg seria o medo de outros homens, em outras palavras, o medo do mesmo, do idêntico a si.

Colocando de lado a conceituação da palavra homofobia, Crochik (1995) afirma que o debate sobre o tema vai muito além dessa análise semântica. Para ele, o preconceito em torno da homossexualidade fala mais do preconceituoso, da conduta deste face ao objeto do preconceito, do que do alvo (homossexual) do preconceito em si.

O preconceito seria um valor negativo relegado ao que é diferente, é uma concepção distorcida da realidade, realidade esta em que se atribuem valores coletivos, tipificando determinadas condutas, comportamentos como sendo corretos, imutáveis. Nesse sentido, tudo o que estiver fora desse agir aceitável socialmente está sujeito ao preconceito.

Dessa forma, tanto Crochik (1995) quanto Welzer-lang (2001) reconhecem que a dominação, o ódio ao mais frágil, às minorias, ao homossexual só pode ser entendido dentro desse conceito de preconceito enquanto imposição de valores, de comportamentos padronizados a serem seguidos, constituindo uma distorção da realidade e aprisionando o sujeito em uma situação que não permite reflexão, transformação ou construção de relações igualitárias.

Welzer-Lang (2001) diz ainda que a homofobia é a interiorização do sexismo nas relações com os outros: ergue fronteiras distintas e estanques entre os gêneros, organiza a discriminação face aqueles que escapam às imagens estereotipadas que se constroem em torno do gênero. Já para Borrillo (2000), a homofobia agrega contornos de violência, repulsa e hostilidade a pessoas que possuem um desejo, atração por pessoas do mesmo sexo (ou ao menos apresentem essa possibilidade).

A construção do indivíduo, para Welzer-Lang (2001) tem por alicerce a diferenciação de potencial do homem face à mulher e a criança, diferença essa que possui como arcabouço de superioridade a virilidade e a autonomia. Nesse sentido o homossexual se relacionaria mais com a mulher por não considerar que seja dotado dessas características peculiares ao homem.

Essa visão *heterossexuada* do mundo na qual a sexualidade considerada “normal” e “natural” está limitada às relações entre homens e mulheres, colocando as outras sexualidades num patamar de segregação social é algo que faz parte da realidade contemporânea. O jurista brasileiro Roger Raupp Rios (2007) conceitua homofobia, numa perspectiva de Direitos Humanos, como sendo a discriminação perpetrada contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT). Assim, para Borrillo (2000) e Rios (2007) não apenas os homossexuais são vítimas da homofobia, mas todos aqueles que não se enquadram nos

modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade construídos historicamente. A dimensão subjetiva, diz Rios (2007), afirmada no desprezo (medo, aversão e ódio) se estende para o âmbito social, cultural e político, corporificando-se na institucionalização da heterossexualidade como norma.

A sociedade não é tão somente heterossexual, mas de cunho heteronormativo, exemplo disso são livros didáticos, que sempre orientam para uma forma de pensar a família, de constituí-la. Percebe-se, assim, o caráter heteronormativo das próprias relações sociais, principalmente na representação de gênero e da organização familiar, como explicitado supra, não permitindo um debate sobre a diversidade sexual.

Segundo Crochik (1995) e Welzer-lang (2001), o termo homofobia é utilizado para caracterizar qualquer tipo de violência sofrida por LGBT's por conta de sua identidade sexual. Portanto, tal definição será utilizada com referência no decorrer deste trabalho.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT: TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

A discussão que segue aborda o movimento LGBT no contexto nacional e internacional, bem como a relação com o poder público. Onde fica evidente a relação oposicionista do movimento com o Estado, iniciado em um momento histórico conturbado, período da ditadura militar, cuja transição de regime, ocasionou um grande debate dos movimentos sociais por mais direitos. O processo de redemocratização brasileiro uniu forças populares em prol da construção de um novo modelo democrático, nesse contexto o movimento LGBT ganha força e apoio de outros movimentos.

2.2.1 Movimento LGBT no Mundo

A Europa foi o cenário do surgimento da luta LGBT no mundo. No final do século XX, o movimento surgiu em defesa dos direitos dos homossexuais. A principal ação reivindicatória era a luta contra a discriminação e o reconhecimento dos direitos civis. A Alemanha nazista foi a primeira a segregar a população homossexual. O campo de concentração de *Fuhlstubbttel*, localizado ao norte de Hamburgo, marcava os presos

homossexuais primeiramente com a letra "A", como forma de distinguir dos demais presos, logo depois esses mesmos presos usavam uma braçadeira com um triângulo rosa. A homossexualidade era tratada como uma patologia mental grave e sujeita a tratamento cruel. Esse tratamento cruel pode ser atribuído tanto às opiniões dos guardas da **Schutzstaffel**, (a **SS, polícia secreta do nazismo**). Como às atitudes homofóbicas generalizadas na sociedade alemã da época. A marginalização dos *gays* na Alemanha refletia-se nos campos de concentração. Muitos foram espancados até a morte por outros prisioneiros. Outros morreram nas mãos de médicos nazistas em experiências "científicas" destinadas a localizar o "gene gay" de forma a encontrar "curas" para as futuras crianças arianas que fossem *gays*. Os homossexuais eram obrigados a frequentar casas de prostituição e forçados a manter relações sexuais com prostitutas com objetivo de "curá-los", os curados eram recrutados nas forças militares alemães. O endocrinologista nazista Carl Vaernet receitava a aplicação de altas doses de hormônio masculino, a fim de provocar a "masculinização". Sob a política *Arbeitmacht frei* ("Libertação pelo Trabalho") nos campos de trabalhos forçados, os prisioneiros *gays* recebiam regularmente os trabalhos mais pesados ou perigosos. Os soldados da "SS" utilizaram muitas vezes o *triângulo rosa*, que os homens *gays* eram obrigados a usar, como alvo para prática de tiro. As estimativas variam fortemente quanto ao número de homens *gays* que morreram nos campos de concentração durante o holocausto, situando-se entre cinco e quinze mil. Os números mais elevados incluem *gays* que eram judeus e/ou comunistas. Os registros referentes às razões do internamento em muitos casos não existem, tornando difícil estimar com precisão quantos homens *gays* pereceram nos campos da morte.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos escrita pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 impulsionou a organização dos movimentos homossexuais e que, segundo Rizzo (2006: 200) "constitui-se para alguns ativistas do movimento homossexual em um ponto de referência na luta contra a discriminação por orientação sexual e reconhecimento dos seus direitos".

Não é tarefa difícil localizar na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Carta Federativa de 1988 (BRASIL,1988) princípios que fundamentem a legitimidade do acesso de homossexuais, travestis e transexuais, ao pleno exercício da cidadania. Os princípios mais relevantes e que dizem respeito mais diretamente à demanda dessas pessoas são os que fundamentam o direito à liberdade real e o direito à igualdade. O Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) estabelece que "todos os homens nascem

livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito e fraternidade”. O Artigo 2º, apesar da falta de clareza quanto a luta específica dos homossexuais por direitos, foi o ponto de partida legal para a organização dos movimentos homossexuais no mundo. O artigo afirma que “toda pessoa tem a capacidade de gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, política o de outra natureza, origem nacional ou social ou qualquer outra condição”.

Em 28 de junho de 1969, no bairro de *greewichvillage* (Nova York/USA), local conhecido como *StonewallInn*, um tradicional bar frequentado por *gays*, lésbicas, travestis e *drags queens*, onde se lamentava a morte da atriz Judy Garland (a Dorothy do filme Mágico de Oz), uma ação truculenta por parte da polícia da cidade, que invadiu o bar e provocou uma rebelião dos frequentadores que durou quatro dias. Pessoas foram feridas e presas, tomando uma proporção alarmante que mobilizou todo o país. A partir desta data, se convencionou o dia 28 de junho como o dia do orgulho LGBT.

2.2.2 O Movimento LGBT no Brasil: Lutas e Avanços

Em linhas gerais sobre a história da cidadania e o momento do início do movimento homossexual no Brasil (por volta de 1978) período em que a ditadura militar se arrefecia, obedecendo a um plano que previa um gradual retorno à democracia, é conveniente que agora se verifique, especificamente, os fundamentos que subsidiam as reivindicações do movimento homossexual para o pleno acesso à cidadania. Dessa forma, é possível perceber a maneira pela qual esse movimento obteve uma inserção nas políticas públicas e a relação com as conquistas referentes aos direitos civis e sociais de homossexuais, já que no tocante aos direitos políticos, por serem de caráter mais difuso, não se pode dizer que sejam cerceados a esse grupo específico.

O movimento homossexual não só no Brasil, mas em todo o globo, está calcado fundamentalmente na defesa da identidade homossexual. Embora se possa questionar a (in)conveniência da adoção de uma suposta identidade homossexual como bandeira, ou até mesmo a sua existência (já que o movimento é composto por atores de realidades identitárias díspares), a identidade é parte constitutiva da formação do movimento. A solidariedade entre os seus componentes no processo formador da identidade constitui outro aspecto determinante, tanto à época de constituição do movimento quanto posteriormente, no período

de seu fortalecimento e até mesmo de mudança de seus propósitos.

A luta pelos direitos LGBT iniciou como um projeto de promoção da autoestima de homossexuais e, paulatinamente, se fortaleceu, ganhando adesões e passando a merecer respeito de uma maior parte da população, seja em decorrência de posicionamentos da comunidade científica, seja por uma abordagem menos preconceituosa dos meios de comunicação. Após o advento da AIDS, o movimento passou a ter um relacionamento mais estreito com o Estado, sobretudo por intermédio do Ministério da Saúde, e esse relacionamento impingiu-lhe certa domesticação pelas próprias características do movimento homossexual, a sua demanda principal não decorre da luta de classes. Dentre os dilemas propostos por Fraser (2001) – redistribuição ou reconhecimento – percebe-se que o móvel da luta do movimento homossexual é o reconhecimento da diferença.

Cabe ressaltar, seguindo uma tendência brasileira de abordagem de movimentos sociais, o paradigma europeu denominado “novos movimentos sociais”, por ser o que mais se coaduna com os seus propósitos, tendo em vista que a análise desse movimento prioriza uma visão em que predominam aspectos políticos e culturais. Nessa perspectiva, os participantes do movimento homossexual devem ser encarados como atores sociais, e não diluídos na estrutura de uma vanguarda partidária, pois a construção de uma identidade coletiva, como já foi dito, desempenha um papel determinante na formação do movimento e nas estratégias por ele utilizadas. O enfoque adotado neste estudo baseia-se, sobretudo, nas contribuições do francês Touraine (1998), um dos precursores do paradigma, e do espanhol Castells (1999), que iniciou sua abordagem com uma marcante influência marxista (mais do que Touraine), e depois ampliando, onde novas dimensões culturais e políticas foram apresentadas, dentre as quais, se destaca a sua análise do poder da identidade. Touraine (1998) assinala:

A noção de movimento social só é útil se permitir pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade. (TOURAINÉ, 1998: 113).

A articulação LGBT no Brasil surge com a denominação Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) em 1978. O MHB agregava primeiramente apenas a luta contra a discriminação do homossexual masculino. A partir de 2008, o movimento torna-se mais amplo, sendo denominado LGBT (Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais), difundindo a luta

para os outros segmentos. Diversos movimentos surgiram como pessoa jurídica de direito privado, dentre os quais cita-se: a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) que congrega trezentos e oito organizações de luta pela cidadania homossexual.

O jornal *O lampião da esquina*, idealizado por militantes da causa homossexual foi o grande divulgador das ações de luta contra o preconceito, onde diversos artigos e reportagens alertavam para a discriminação por orientação sexual, ainda mais que os responsáveis pelo periódico eram artistas, jornalistas e intelectuais respeitados em todo o Brasil. O grupo SOMOS de São Paulo surgiu no mesmo período com o objetivo de discutir o tipo de bandeira de luta do movimento LGBT. O diferencial do SOMOS foi polarizar a discussão no movimento entre os que defendiam uma ação política ligada à esquerda e os que defendiam uma luta autônoma. Segundo Fachini (2005: 95) “Tal polarização provocou conflitos internos no movimento, onde os militantes defendiam uma ação transformadora aliada com a luta de outros segmentos marginalizados, tais como: trabalhadores e grupos de esquerda”.

O SOMOS existiu entre 1978 a 1983. O curto período de existência se deu pelas posições ideológicas diversas do grupo. A tendência que defendia a unificação da luta com os demais movimentos sociais tencionou a estrutura da luta, ocasionando uma desagregação e posterior divisão do grupo. Então houve uma saída em massa que provocou uma crise nas finanças do grupo, e com isso a dissolução em 1983. É importante entender que o início do movimento LGBT no Brasil teve forte influência de outros movimentos sociais da época, principalmente os ligados à esquerda que lutavam pela redemocratização brasileira.

2.2.3 O Brasil Sem Homofobia

Seguindo o princípio de igualdade reafirmado na declaração, o Artigo 3º da Constituição Brasileira de 1988, inciso IV, dentre os objetivos fundamentais da República Federativa, prescreve o de promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Dallari (1998: 29) assinala que, “para que se diga que uma pessoa tem o direito de ser livre, é indispensável que essa pessoa possa tomar suas próprias decisões sobre o que pensar e fazer e que seus sentimentos sejam respeitados pelas outras”. O exercício desse direito pressupõe a liberdade de escolha, seja ela relativa à crença, à opinião ou a sentimentos. Quando se fala em sentimentos, não significa que se esteja considerando apenas o âmbito psicológico. Segundo os valores ocidentais

vigentes e amparados pelas 59 legislações dos países democráticos, a liberdade é um valor ontológico. O ser humano deve ter direito à liberdade de exteriorizar os seus sentimentos, de vivenciá-los sem experimentar o pavor de ser vítima de repressão. Uma parcela de sua personalidade não pode ser suprimida nem tampouco negligenciada, pois ela o torna humano – aquela que se refere à sua afetividade e à sua sexualidade. Coibir a livre vivência afetiva e sexual do ser humano implica torná-lo incompleto, significa bestializá-lo. O artigo 5º da Constituição de 1988 (BRASIL,1988) reitera e enfatiza os princípios da igualdade e da liberdade, ao determinar que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. O mesmo artigo estabelece a garantia dos direitos à liberdade e à igualdade e torna invioláveis a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra.

A primeira gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) foi a possibilidade de um governo de esquerda ligado aos movimentos sociais que participaram ativamente do processo de elaboração do programa de governo interagisse com o movimento LGBT que cobrou do novo governo uma postura que atendesse às necessidades da causa homossexual. Neste sentido, pode-se dizer que o governo Lula personificou a história da política nacional com uma marca da cultura política brasileira especialmente da época em que vivemos. Oliveira (2007, p. 44), “ classifica a forma como o patrimonialismo, impregnados na política, no Brasil são constantemente atualizados pela enorme desigualdade social, assim perdendo a possibilidade da modernização das relações sociais” e de uma democracia mais concreta”. Segundo o autor, ao analisar o primeiro governo do presidente Lula e suas perspectivas, a liderança carismática do presidente joga um papel relevante, mas avesso à política:

[...]. Há, aqui, um efeito interessante: o carisma do presidente tem atuado como um poderoso anestésico sobre as demandas populares que crescem sob o governo FHC, e opera uma espécie de sequestro da sociedade organizada; é próprio do carisma sobrepor-se a quaisquer outras determinações da divisão da sociedade, e ele anula, sobretudo, a divisão de classes. O carisma é da ordem do mito e este é o avesso da política. A transferência do PT para o interior do governo imediatamente provoca a paralisia dos movimentos sociais. Aqui, em termos gramscianos, o amplo “movimento” da conquista do governo anula as “posições” anteriores, pois o partido da oposição transforma-se no partido da ordem. A perplexidade dos adversários e dos aliados, e principalmente dos próprios petistas de esquerda, é total. (OLIVEIRA, 2007: 29).

Em 2004, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada à presidência da república, em conjunto com o movimento homossexual brasileiro, lançou o Programa *Brasil Sem Homofobia* voltado a combater a violência e a discriminação da população LGBT e que buscava promover a cidadania homossexual por meio de políticas públicas afirmativas. O

plano plurianual (2004/07) reafirma o Programa *Brasil Sem Homofobia* como uma ação de direitos humanos, direitos de todos e que atendeu uma demanda plural do movimento LGBT brasileiro, dentre elas: saúde, cultura, educação, segurança. Foi composto de cinquenta e três ações de promoção da cidadania homossexual.

A intensificação da relação do governo federal com o movimento LGBT se caracterizou por um diálogo aberto, traduzida por meio de diversas ações pontuais do governo Lula. O *Brasil Sem Homofobia* foi o precursor na promoção dos direitos humanos, resistência à homofobia e a discriminação por orientação sexual. O caráter interministerial do Programa pode ser entendido de forma negativa por interferir no processo de consolidação dessa política pública e o fracionamento da política impossibilita o controle por parte do movimento. Outro aspecto negativo é a falta de planejamento orçamentário do Programa em cada pasta envolvida, deixando ações importantes inviabilizadas.

2.3 VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL

O país está em um momento de discussões sobre a relação aos direitos humanos da população de transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais e gays. As grandes conquistas históricas dos movimentos sociais ligados a causa LGBT e um acirramento ideológico com uma elite heteronormativa² e, por conseguinte, o aprofundamento do debate público sobre a existência de outras formas de ser e se relacionar, de forma harmônica entre esses segmentos. Ações do Governo Federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), afirmam o compromisso do Estado em promover o debate sobre a não obrigatoriedade de padrões heteronormativos e proteger a população LGBT de agressões físicas e psicológicas ao dar continuidade à sistematização dos dados oficiais sobre violência homofóbica no Brasil. O quadro da violência assusta não somente as esferas públicas, bem como a sociedade em geral. Pela primeira vez no país foi possível iniciar uma análise nacional sobre as vicissitudes das violências perpetradas contra a população LGBT, por meio da comparação com os dados previamente lançados pelo Governo Federal temos um diagnóstico preocupante de preconceito, discriminação e exclusão que atingem transexuais, travestis,

²Termo usado para descrever a norma naturalizada por práticas sociais, políticas ou crenças que inferem que a heterossexualidade seria a única orientação sexual normal. Assim, sexo biológico, identidade de gênero e papel social de gênero deveriam enquadrar qualquer pessoa dentro de roteiros integralmente masculinos ou femininos.

lésbicas, bissexuais e gays no país, além de possibilitar um novo olhar sobre a invisibilidade social da população LGBT vítima de violações dos direitos humanos. O debate político atual, marcado por uma conturbada discussão dos movimentos sociais ligados a causa, demonstra que os avanços dessas discussões alcançaram mudanças significativas, principalmente as legislativas como pressupostos fundamentais para assegurar que as políticas públicas para a população LGBT sejam instrumentos eficazes de promoção da igualdade entre todas as pessoas independentemente de orientação sexual e identidade de gênero.

O quadro de violência contra a população LGBT apontado pelo conjunto de entidades não governamentais e governamentais sobre violência homofóbica por meio do relatório específico não se trata de um instrumento novo ou desconhecido para o sistema internacional de direitos humanos, e alguns tratados referem-se explicitamente à informação estatística. Estatísticas são consideradas essenciais para articular e promover reivindicações de sujeitos subalternizados e para a formulação de políticas públicas e programas que garantam a realização dos direitos humanos. No trabalho das Organizações das Nações Unidas e de suas agências de direitos humanos, por exemplo, a utilização de dados adequados tem ajudado os Estados membros a tornarem precisas e relevantes informações disponíveis para avaliar o progresso na implementação das suas obrigações nos termos das ratificações. Acima de tudo, o uso de estatísticas apropriadas é uma forma de ajudar os Estados a avaliarem seu próprio progresso na garantia do gozo dos direitos humanos por sua população.

Normas e princípios de direitos humanos, considerados uma narrativa prescritiva, essencialmente ancorados na linguagem legalista dos tratados, não são sempre diretamente passíveis de formulação de políticas e implementação. Eles devem ser transformados em uma mensagem mais tangível e operacional e, de fato, há uma necessidade dos defensores dos direitos humanos de se equiparem com abordagens, metodologias e ferramentas específicas que garantam uma melhor comunicação com um conjunto mais amplo de interessados, que podem ou não terem tido uma introdução formal aos direitos humanos. Ao mesmo tempo, é importante assegurar que a mensagem seja criada de forma rigorosa, resistindo ao escrutínio da comunidade dos direitos humanos, bem como daqueles no outro lado do debate, que podem ter um papel maior ou estarem diretamente envolvidos na implementação dos direitos humanos (a exemplo dos legisladores). Nesse sentido, faz-se imprescindível a definição de alguns conceitos, especialmente aqueles relacionados aos tipos de violência que serão tratados neste estudo. O principal para a nossa pesquisa é o de *homofobia*.

A homofobia possui um caráter multifacetado, que abrange muito mais do que as violências tipificadas pelo código penal. Ela não se reduz à rejeição irracional ou ódio em relação aos homossexuais, pois também é uma manifestação arbitrária que qualifica o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido à sua diferença, esse outro é aliado de sua humanidade, dignidade e personalidade. O termo é constantemente problematizado em decorrência de sua possível homogeneização sobre a diversidade de sujeitos que pretende abarcar, invisibilizando violências e discriminações cometidas contra lésbicas e transgêneros (travestis e transexuais). Nesse sentido, optam por nominá-las especificamente como lesbofobia (sobre as quais recaem também o machismo e o sexismo) e transfobia (sobre as quais recai o preconceito relativo ao inominável que não se encaixa em uma estrutura dual naturalizante e achapante).

As violações dos direitos humanos relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, que vitimizam fundamentalmente a população LGBT, constituem um padrão que envolve diferentes espécies de abusos e discriminações e costumam ser agravadas por outras formas de violências, ódio e exclusão, baseadas em aspectos como idade, religião, raça/cor, deficiência e situação socioeconômica. Essa superposição de vitimizações exacerba a vulnerabilidade de grupos sociais, cuja discriminação é intensificada no racismo, sexismo, pobreza ou credo agrega-se a orientação sexual e/ou identidade de gênero estigmatizadas. Apesar de ser um evento único que encerra uma escalada de violações, o homicídio é apenas uma das violências entre uma constelação de outras consideradas “menores”, como discriminações e agressões verbais e físicas dos mais variados tipos.

Discriminações são violências cometidas contra indivíduos por motivos diversos, possuem um forte componente de violência simbólica, e podem ser exercidas também pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro. Nesse sentido, é notável o poder do preconceito sofrido, que infere não apenas na conformação das identidades individuais, mas também no delineamento de possibilidades de existência e trajetória de vida da população LGBT na sociedade brasileira. Vale também sublinhar que a violência homofóbica é cometida contra os indivíduos cuja orientação e/ou identidade de gênero presumidas não se conformam à hetero-normatividade. Ou seja, são também recorrentes episódios contra sujeitos que, apesar de se autoidentificarem como heterossexuais têm a eles atribuídas características que fazem com que os perpetradores das violências os classifiquem como LGBT.

Violências contra a população LGBT estão presentes nas diversas esferas de convívio social e constituição de identidades dos indivíduos. Suas ramificações se fazem notar no universo familiar, nas escolas, nos ambientes de trabalho, nas forças armadas, na justiça, na polícia, em diversas esferas do poder público. Entre os tipos de homofobia, pode-se apontar a homofobia institucional (formas pelas quais instituições discriminam pessoas em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero presumida) e os crimes de ódio de caráter homofóbico, ou seja, violências, tipificadas pelo código penal, cometidas em função da orientação sexual ou identidade de gênero presumidas da vítima. A homofobia estruturante da sociedade brasileira vitima não apenas a população LGBT – cujas possibilidades de existência em sociedade são mediadas pelo estigma que carrega, tais rótulos limitam, de forma visível travestis e transexuais, bem como, todo e qualquer indivíduo cuja identidade de gênero ou orientação sexual seja percebida como diferente da heterossexual.

O Estado, nas suas três esferas, tem por obrigação assegurar, prevenir, proteger, reparar e promover políticas públicas que busquem a afirmação dos Direitos Humanos para toda sociedade. A democracia pressupõe a prevalência de ações e iniciativas coercitivas a todas as modalidades de preconceito, discriminação, intolerância ou violência motivada por aspectos de origem, raça, sexo, cor, idade, crença religiosa, condição social ou orientação sexual. O relatório sobre *Violência Homofóbica no Brasil* (BRASIL, 2012) analisou estatísticas produzidas a partir de denúncias ao poder público referente a violações de direitos humanos cometidas contra a população LGBT em todo o território brasileiro durante o ano de 2012. A produção de estatísticas tem se revelado crucial no planejamento de intervenções sobre as desigualdades. Podem induzir pessoas a compreender e divulgar a extensão e o tipo das violações dos direitos humanos, identificar os grupos mais afetados e definir responsabilidades. Além disso, manusear dados confiáveis pode conduzir a uma melhor compreensão e solução de problemas ajudando a apreender a realidade, suas contradições, avanços e violências. Nesse sentido, as estatísticas são cruciais para dar visibilidade às violações de direitos humanos cometidas contra populações vulneráveis e, assim, promover o controle e a participação social na construção de políticas públicas que alterem essa realidade.

Segundo o relatório, em 2012, foram registradas pelo poder público, cerca de 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Em relação a 2011 houve um aumento de 166,09% de denúncias e 46,6% de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos

contra LGBT, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Tais números corroboram a análise feita pelo relatório sobre *Violência Homofóbica no Brasil* (2011) sobre o padrão de violências cometidas contra essa população. Os dados revelam uma média de aproximadamente 03 (três) violações sofridas por cada uma das vítimas. Esse cenário se torna ainda mais preocupante ao se levar em conta a subnotificação de dados relacionados a violências em geral, e a este tipo de violência em particular. Muitas vezes, ocorre a naturalização da violência como único tratamento possível, ou a auto-culpabilização. Cabe reiterar que as estatísticas analisadas ao longo dessa seção se referem às violações reportadas, não correspondendo à totalidade das violências ocorridas cotidianamente contra LGBTs, infelizmente muito mais numerosas do que aquelas que chegam ao conhecimento do poder público. Apesar da subnotificação, os números apontam para um grave quadro de violências homofóbicas no Brasil: no ano de 2012, foram reportadas cerca de 27 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia.

2.3.1 Estado e Políticas Públicas: A Homofobia no Pará

A tentativa de compreender os elementos que produzem a estrutura das ações e programas governamentais tanto na esfera federal quanto na estadual e municipal, em diversas áreas da vida social, tem ampliado os estudos sobre políticas públicas setoriais, relativos a uma rede de objetos empíricos que parece se estender a diversos segmentos, atendendo Políticas Públicas diversas, onde pode-se citar: saúde, educação, cultura e em particular deste trabalho o estudo proposto aqui: políticas de atendimento à população LGBT. A construção dessas ações atende o processo de formulação, legitimação, gestão e avaliação de políticas públicas, num campo de conhecimento que se caracteriza pela multidisciplinaridade.

Segundo Sampaio e Araújo Jr (2006: 341), "a política em si caracteriza-se como o diálogo entre sua formulação e sua implementação, ou seja, a interação entre o que se propõe executar e o que se realmente executa". A formulação dessas políticas deve ser compreendida, então, nos termos de Souza (2003b: 13), como o processo por meio do qual "os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real" possuindo impactos em curto prazo, mas tendo como horizonte temporal primordial o longo prazo. Os maiores entraves à compreensão dos impactos das políticas públicas sobre a vida das pessoas estão na dificuldade de elaboração e/ou acesso a

indicadores de sua efetividade, ou seja, em que medida os objetivos e metas que orientaram sua formulação têm sido alcançados.

O início da década de 1980, com o processo de redemocratização do país, foi marcado por um fortalecimento da luta pelos direitos humanos da população LGBT que culminou com a implantação de políticas públicas afirmativas. O Estado do Pará se incluiu nessa discussão por meio da implantação do programa *Pará Sem Homofobia* lançado no primeiro mandato da governadora Ana Júlia Carepa (2007/2010) do partido dos trabalhadores (PT). O primeiro seminário de políticas públicas para LGBT do Estado do Pará, resultado de um acordo firmado no início com os movimentos LGBT no Estado. Visando atender as demandas sociais desse segmento. A complexidade dessa política pública na área de segurança do Estado e o ineditismo do plano estadual de segurança pública e combate à homofobia, lançado em dezembro de 2008, que busca garantir por meio de vários eixos temáticos, uma série de ações de enfrentamento à homofobia junto às instituições do sistema de segurança do Estado.

Contudo, mesmo com essa iniciativa de leis de apoio à população LGBT do Estado³ segundo o *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil* (2012), em 2012, no Pará, foram registradas 101 denúncias sobre 186 violações relacionadas à população LGBT pelo poder público, sendo que em agosto houve o maior registro, de 12 denúncias. Houve um aumento de 180% em relação a 2011, quando foram notificadas 36 (trinta e seis) denúncias. Daí a necessidade permanente de avaliação e, quando necessário, reformulação das ações previstas, de maneira a viabilizar a efetiva implementação das políticas, com uma explícita definição de prazos, atores responsáveis e recursos necessários, num cenário social marcado por disputas ideológicas e escassez financeira. Ainda deve ser ressaltado que uma cisão entre formulação e implementação de políticas públicas e tende a conferir a estas um caráter fragmentado, centralizado, antidemocrático, ineficaz e com resultados falhos (OLIVEIRA, 2007), o que

³ Projeto de Emenda Constitucional que inclui no inciso IV do Art. 3º da Constituição do Estado do Pará a “Promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, orientação sexual e quaisquer outras formas de discriminação”. Decreto Nº 1.675, de 21 de maio de 2009 “Determina aos órgãos da Administração Direta e Indireta o respeito ao nome público dos transexuais e travestis”. Lei Nº 6.971, de 16 de maio de 2007 “Dispõe sobre a proibição de benefícios fiscais e financiamentos a empreendimentos comerciais, industriais ou de serviços que discriminem cidadãos quanto a sua orientação sexual”. Lei Nº 7.261, de 21 de abril de 2009 “Institui o dia Estadual de Combate à Homofobia e dá outras providências”. Portaria nº 016/2008 – GS Art. 1º - “Estabelecer que, a partir de 02 de janeiro de 2009, todas as Unidades Escolares da Rede Pública Estadual do Pará passarão a registrar, no ato da matrícula dos alunos, o pré-nome social de Travestis e Transexuais”. Decreto Nº 726 de 29/04/2013 “Homologa a Resolução Nº 210/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP”. “Art. 1º. Fica homologada a Resolução Nº 210/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP, a qual institui a Carteira de Nome Social (Registro de Identificação Social) para pessoas travestis e transexuais do Estado do Pará”. Belém - Lei Ordinária Nº 7.909, de 20 de agosto de 1998 “Institui o dia 26 de Junho como o "Dia Municipal do Orgulho e da Consciência Gay", e dá outras providências”.

significa insistir na necessidade permanente de diálogo e atuação conjunta de formuladoras/es e implementadoras/es de políticas públicas. Como aponta Souza (2003a), é imprescindível identificar as variáveis que influenciam na determinação dos resultados das políticas públicas, ou seja, do Estado em ação.

O contexto de reivindicação por parte da população marca o processo de construção dessa política, a frágil tradição democrática, a falta de participação das classes C e D na elaboração, execução e fiscalização de políticas em geral são os desafios na formulação de políticas públicas capazes de assegurar desenvolvimento econômico e promover a inclusão social de grandes parcelas marginalizadas da população (SOUZA, 2003b). Nesse contexto, as políticas públicas deveriam ser globais, em três sentidos: **(a)** por dizerem respeito ao Estado, e não apenas ao governo; **(b)** por não deverem se restringir ao período de um único governo; **(c)** por necessariamente contarem, em sua elaboração, com a participação do conjunto da sociedade civil, incluindo ONGs, empresas, igrejas, academia, mídia, etc. (OBSERVATÓRIO, 2004), constituindo aquilo que Frey (2000) chama de *policy network*. Nessa perspectiva, o objetivo das políticas públicas seria a consagração do Estado de direito, a democracia e a possibilidade que o cidadão tem de usufruir seus direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais.

De acordo com Sampaio e Araújo Jr. (2006), aspectos de ordem objetiva (alocação de recursos, disputas políticas e disponibilidade de equipamentos e serviços públicos, por exemplo) são fortemente influenciados por questões teóricas, ainda que não explicitamente enunciadas, como as concepções de sujeito, cidadania e inclusão social em disputa. Por outro lado, ainda nos termos de Sampaio e Araújo Jr. (2006: 336), "as políticas são públicas porque têm interesses públicos e fins públicos, podendo ou não ser subsidiadas ou implementadas pelo poder estatal", o que significa dizer que grupos sociais e organizações da sociedade civil podem se responsabilizar pela execução de políticas públicas, especialmente quando também participem de sua formulação, sob supervisão de órgãos governamentais. No caso do movimento feminista, por exemplo, há muito tempo reivindica não só a formulação de políticas públicas de gênero e/ou voltadas para as mulheres, mas também a participação de representantes do movimento em sua formulação, implementação e controle (BANDEIRA, 2005; FARAH, 2004).

No que diz respeito à produção de políticas públicas no campo da sexualidade, convém destacar que elas são permeadas de peculiaridades, já que o ponto de partida para sua formulação e implementação é, basicamente, a necessidade de mudança de crenças, valores e tradições prevalecentes no imaginário coletivo. O projeto de uma sociedade sem sexismo, machismo e homofobia, capaz de incluir pessoas que hoje são marginalizadas e perseguidas por não se conformarem ao pensamento majoritário, tem também suas próprias contradições, sendo uma das principais o risco de a assimilação implicar a própria descaracterização ou desintegração identitária das pessoas e grupos LGBT. Ou seja, essa "nova sociedade" também exigiria de suas/seus integrantes a conformação a modelos de homossexualidade, travestilidade e transexualidade socialmente hegemônicos, mantendo a margem todas/os as/os que se recusarem a incorporar as *personas* sexuais aceitáveis, independentemente de orientação sexual e identidade de gênero: as/os que se casam e têm filhas/os, as/os que se conformam aos binarismos de gênero e as/os que são adeptas/os de um erotismo familiar. Além dessas possibilidades, a população LGBT ainda não gera um tipo de solidariedade similar à que caracteriza grupos como idosos/os, crianças e adolescentes, por exemplo, que despertam uma cumplicidade social generalizada com seus problemas e dificuldades, o que os torna beneficiários potenciais legítimos de políticas públicas.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

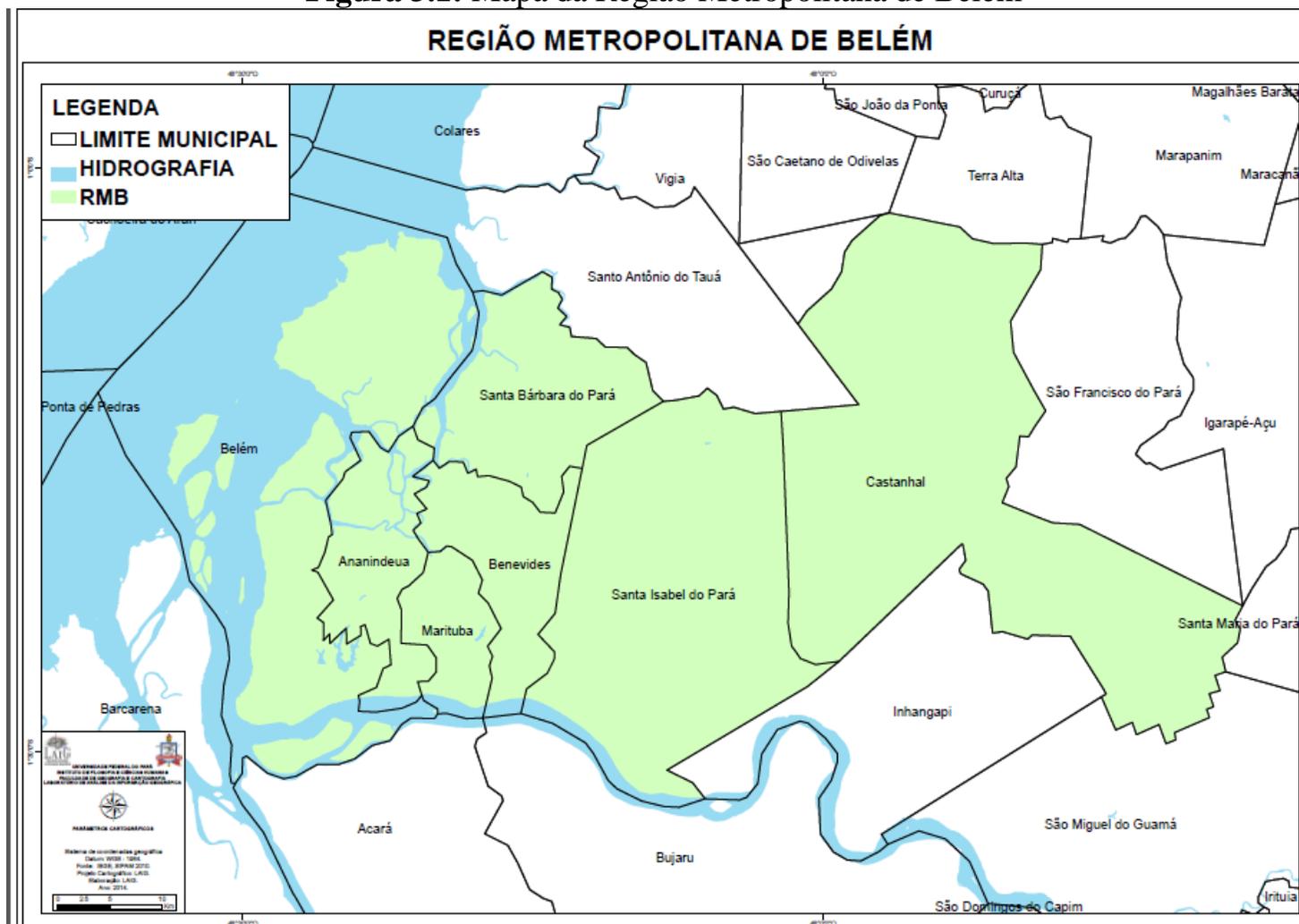
Neste capítulo é apresentada a metodologia adotada na dissertação. A Seção 3.1 discorre acerca da área de estudo, a Seção 3.2 sobre aspectos da obtenção e descrição de dados. A análise estatística é apresentada na Seção 3.3, bem como nas subseções 3.3.1 e 3.3.2 serão apresentados os métodos de amostragem e estatística descritiva, respectivamente.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo aqui proposta compreende a Região Metropolitana de Belém (RMB) que é composta pelos municípios de Belém, com uma população estimada de 1.393.399 habitantes; Ananindeua, cuja população corresponde a 471.980 habitantes; Marituba que soma 108.246 habitantes; Benevides, com 51.651 moradores; Castanhal, com uma população de 149.918 habitantes e Santa Isabel do Pará, com população de 59.466 habitantes, totalizando 2.084.742 habitantes distribuídos em uma extensão territorial de 3.566.222Km², conforme o Censo Demográfico de 2010.

A Região Metropolitana de Belém é caracterizada por ser banhada por uma extensa área costeira, constituída pelo rio Guamá, Baía de Guajará, dentre outras, o que lhe constitui uma grande quantidade de ilhas ao entorno da capital paraense (IBGE, 2010).

Figura 3.1: Mapa da Região Metropolitana de Belém



3.2 OBTENÇÃO E DESCRIÇÃO DOS DADOS

Para elaboração deste trabalho, optou-se pela adoção de duas linhas de pesquisas metodológicas. Inicialmente, procurou-se reunir informações referentes às ocorrências de caráter Homofóbico na RMB, tendo como período de estudo de outubro de 2012 a outubro de 2013 por meio de dados secundários (MARCONI; LAKATOS; 2006) obtidos junto a Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEDES) do Pará, a partir dos registros armazenados em sua base de dados criminais, que são alimentados pelas seccionais urbanas e delegacias, por meio do registro da ocorrência no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).

A segunda linha metodológica se pautou na busca de dados primários (RAMOS et al. 2008) por meio de aplicação de questionários (Apêndice A), a fim de coletar o posicionamento das lideranças LGBT da RMB, e com isso quantificar estatisticamente o processo de engajamento ativista político desses atores sociais, a coleta ocorreu nos meses de julho a agosto de 2014.

Esta metodologia possibilitou a utilização de Métodos Estatísticos (RAMOS et.al 2008), construindo uma Análise Estatística eficiente, pautada em dados reais que são necessários em todas as áreas do conhecimento humano que envolvam o planejamento de futuras ações governamentais, bem como na construção de modelos de coleta, processamento e análise de dados para futura transformação em informações essenciais à construção de políticas públicas afirmativas.

3.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Nesta dissertação utilizou-se de análise quantitativa de dados por meio de técnicas de Análise Estatística de amostragem (BOLFARINE; BUSSAB,2005) e de análise descritiva (BUSSAB; MORETTIN, 2011).

3.3.1 Método de Amostragem

A pesquisa de campo se deu por conta da aplicação de 24 questionários que foram entregues às principais lideranças LGBT na Região Metropolitana de Belém, priorizando os principais movimentos ativos da causa, onde há cerca de 40 (quarenta) grupos LGBT em todo o Estado, e a grande maioria na Região Metropolitana de Belém, onde diversas variáveis

foram pesquisadas, dentre as quais pode-se destacar: escolaridade, faixa etária, situação socioeconômica entre outros, com objetivo de traçar um perfil aproximado dessas lideranças políticas.

3.3.2 Estatística Descritiva

A estatística descritiva pode ser definida como uma ferramenta de organização e descrição de dados de maneira rápida e de simples interpretação. Sendo que para tanto, utiliza-se de tabelas, gráficos e medidas resumos (GOMES et al., (2008); (DOANE; SEWARD, 2014).

Para Bussab e Morettin (2014) uma tabela é construída com intuito de apresentar os dados de forma resumida, sendo definida como um quadro aberto nas laterais que possui obrigatoriamente título, corpo e rodapé.

Já os gráficos são utilizados para proporcionar uma impressão mais rápida do que a tabela. O tipo de gráfico a ser utilizado depende do tipo de variável utilizada no estudo. Nesta dissertação utilizam-se os gráficos de coluna e linha, quando a variável relaciona-se a tempo, e utilizam-se os gráficos de barra e setores, quando a variável relaciona-se a categoria/especificidade, podendo-se verificar sua utilização nos trabalho de GOMES et al (2008) e Ignácio (2010).

Silveira Junior (2013) destaca a importância da utilização da estatística na área de segurança pública e afirma que Miranda (2009) já relatava tal importância como ferramenta imprescindível, quer seja na formulação, planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, onde se busca o saber da população a respeito dos fatos ocorridos, possibilitando traçar perfis e auxiliar setores diversos da sociedade contra a insegurança.

CAPÍTULO 4

ATIVISMO POLÍTICO E VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NA RMB: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são analisados aspectos políticos das lideranças LGBT na Região Metropolitana de Belém, traçando um perfil aproximado desses líderes e, conseqüentemente, vislumbrar a participação política no processo de construção da cidadania homossexual na grande Belém. Além de apresentar dados sobre o registro da violência homofóbica na RMB.

4.1 ATIVISMO POLÍTICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Existe a necessidade de entendimento da dinâmica das lideranças LGBT no processo de mobilização das pessoas que participam do movimento em Belém que pode ser caracterizada de duas maneiras: em primeiro lugar é uma ação política voltada para as demandas mais pontuais na questão da sexualidade que busca dar visibilidade aos grupos diretamente ligados aos conflitos e dilemas enfrentados pela comunidade LGBT em Belém. Em segundo lugar, também é uma forma de dar credibilidade ao movimento por meio de um engajamento na luta social, de um modo geral, que engrandeça os ideais específicos da comunidade LGBT.

Independentemente da forma com que aderem ao movimento LGBT, essas lideranças ajudam a construir uma cidadania Homossexual, pautada em uma demanda, que se faz perceber pela sociedade em geral e pelo poder público e que marca sua posição lutando por respeito e por reconhecimento. O caráter plural da luta LGBT é uma ação articulada de forma individual e coletivamente na esfera pública, tanto na dimensão institucional quanto nas arenas informais de embate por direitos, as condições fundamentais da vivência democrática e da transformação dos grupos e comunidades participantes em sujeitos de sua história coletiva e condutores de sua própria vida privada.

Essa dimensão de reafirmação da condição de sujeito tem implicações importantes na busca por reconhecimento de direitos e na conquista da cidadania, de acordo com Touraine (1995; 1996 e 1999), a condição de sujeito somente pode ser definida como a expressão do cidadão que experimenta a cidadania, pois sempre que uma coletividade afirma o seu direito à autodeterminação, procura tomar nas mãos seus próprios assuntos e manifesta a sua vontade

ativa fundamentada na confiança na sua capacidade coletiva de ação, a condição de constituir-se como sujeito se concretiza efetivamente. Essa concreção – diz o autor - não se realiza individualmente; ela se constitui e se desenvolve nas relações que mobilizam outros indivíduos, na medida em que o sujeito se forma simultaneamente pela luta e pelo respeito do outro como sujeito. Ainda de acordo com Touraine (1995; 1996 e 1999), não existe sujeito sem engajamento social, pois é nele que o indivíduo vai opor resistência à lógica dominadora dos sistemas e reafirmar seus particularismos.

De uma maneira bastante ampla, se pode situar o engajamento a causa LGBT, dentro dos parâmetros de atuação com os quais corriqueiramente são definidos os chamados *novos movimentos sociais*, cujas características, Sousa Santos (2006) define como aqueles nos quais em alguns casos é discernível um interesse específico de um grupo (como é o caso dos grupos LGBT), e em outros casos o sujeito social que os postula é potencialmente a humanidade no seu todo, como, por exemplo, o movimento ecológico e o movimento pacifista, entre outros.

Outro fator que permite perceber o Movimento LGBT no contexto dos novos movimentos sociais é que os protagonistas não são os atores tradicionais tais como as entidades sindicais ou os partidos políticos. Como esclarece Sousa Santos (2006), não há movimentos sociais puro ou claramente definidos, dada a pluralidade, não somente das relações sociais e dos sentidos da ação coletiva, mas também, devido à complexidade e multilateralidade das conexões sociais e pessoais com as quais os participantes desses grupos estão envolvidos. O que Sousa Santos (2006) chama de impureza também está presente no interior da própria comunidade LGBT onde não há um consenso a respeito dos estereótipos que são assumidos por alguns segmentos do grupo durante a parada e fora dela, gerando dissensões entre os LGBT. De acordo com Oliveira (2004) seria ingênuo pensar que possam ser tomados como um grupo homogêneo e sem diferenças internas. Não bastassem as diversas atribuições e inserções sociais que sobre eles incidem, suficientes para justificar posicionamentos díspares diante de questões fundamentais, eles expressam dissensões mesmo em relação à própria imagem que fazem de si, enquanto grupo, e também quanto ao tipo de comportamento e de estratégias a serem adotadas para um enfrentamento do preconceito do qual são vítimas contumazes. Ainda de acordo com Oliveira (2004), há quem questione a estratégia de apresentação social de alguns gays (que se verifica ser a face mais pitoresca e de certa maneira esteticamente mais visível da parada), em que se valoriza a exibição de características femininas como denúncia e confrontação frente aos rígidos padrões de

prescrição comportamental masculinos. Costa (1992; 1995), por exemplo, diz que imitar gestos femininos de modo exacerbado funciona como ratificação e reforço de estereótipos de gênero e, ao invés de ser uma forma de protesto consequente apenas apresenta os homossexuais como figuras caricatas, cômicas e mais dignas de riso do que de respeito.

Se há divergências dentro do próprio grupo LGBT a respeito das formas como organizam suas estratégias de luta, é natural que tais divergências também estejam presentes em relação aos objetivos dos demais grupos que participam do processo de organização do movimento. De acordo com Sousa Santos (2006), na impureza dos novos movimentos sociais não reside uma recusa à política, mas, ao contrário, o alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e Sociedade Civil. Essa característica, apontada por Sousa Santos (2006), é um dos aspectos marcantes da organização política LGBT, onde se utiliza descentralizadas, não hierárquicas, fluidas e com ações políticas não institucionais, dirigidas à opinião pública, com forte utilização dos meios de comunicação e confiando na mobilização de recursos que tais meios proporcionam.

Se por um lado o movimento LGBT vem ganhando espaço político em seu "LOCUS" de atuação, pois, congrega uma pauta de demandas bem diversificada com a sociedade, por outro lado, para as lideranças LGBT esse caráter político em certa medida se torna prioridade, porque os modos de identificação e de pertencimento têm uma referida importância dentro do movimento para a construção da cidadania Homossexual. As demandas dos grupos LGBT têm uma orientação predominantemente voltada para as reivindicações específicas da causa, coexistem outras orientações periféricas que contraditoriamente, ao mesmo tempo em que pulverizam o seu efeito político também são o motivo de sua força e de seu crescimento. O fato é que o segmento consegue mobilizar um número cada vez maior de adeptos não apenas entre os LGBT como também de outros grupos. Provavelmente reside nesse aspecto a sua estratégia de sobrevivência e de crescimento, ou seja, o movimento expresso por meio de ações pontuais (parada LGBT) faz com que a luta sobreviva, se expanda e se fortaleça precisamente se projetando sobre as comunidades tradicionalmente arredias às lutas da comunidade LGBT que passam a assumir essa aproximação na medida em que conheçam e se integram a um processo de mobilização mais amplo. Isso conduz à situação aparentemente paradoxal de afirmação do movimento LGBT.

Nesse sentido, as demandas dos LGBT embora possam ser consideradas *a priori* como motores da mobilização na medida em que é esse segmento que promove a parada LGBT,

todavia o crescimento da visibilidade da passeata deve-se a certa flexibilidade interna que permite a adesão de outros engajamentos, cujo efeito prático é à produção daquilo que Beck (1997) denomina de subpolítica. Como o próprio Beck (1997) argumenta essa nova arquitetura política se desenvolve porque ocorre um vazio político das instituições cuja consequência é o renascimento não institucional do político, desta feita com o retorno do sujeito individual às instituições da sociedade, mas de uma maneira diferente, na medida em que transforma em político o que antes era considerado não político. Este mesmo autor comenta que o fenômeno social mais assombroso e surpreendente – e talvez menos compreendido – da década de 1980 foi o inesperado renascimento de uma subjetividade política, dentro e fora das instituições. Pelas dimensões e pelas sucessivas adesões dos outros segmentos da luta social que as paradas LGBT experimentaram em todo o mundo, pode-se dizer que são pertinentes as palavras de Beck quando diz que “não há exagero em dizer que os grupos de iniciativa do cidadão tomaram o poder politicamente” (BECK, 1997:31).

Para Beck (1997), um mundo duplo está adquirindo vida e uma parte dele não pode ser representada na outra: um mundo caótico de conflitos, jogos de poder, instrumentos e arenas comunicam e atuam em conformidade com as antigas fórmulas e instituições, mas também se afastam delas, junto com pelo menos parte de sua existência, sua identidade, seu compromisso e sua coragem. Sua retirada – esclarece Beck - é uma emigração para novos locais de que pertencem a duas épocas diferentes. Os indivíduos – comenta o autor - ainda se atividade e identidade. Estes parecem tão obscuros e inconsistentes, especialmente porque esta migração interna frequentemente ocorre de maneira pouco convicta, com um dos pés, digamos assim, enquanto o outro está ainda apoiado na velha ordem. Ele complementa dizendo que as formas do envolvimento político, protesto e retirada misturam-se em uma ambivalência que desafia as velhas categorias de clareza política. No despertar da subpolitização – afirma Beck - há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade para grupos que até então não estavam envolvidos, tal processo se consolida cada vez mais na medida em que os cidadãos, a esfera pública e os movimentos sociais se engajam nas lutas sociais.

Beck (1997) aponta como uma das principais dinâmicas daquilo que denomina de subpolítica o fato de os indivíduos serem construídos por meio de uma interação discursiva complexa que é aberta. Tal característica é facilmente perceptível na parada LGBT, pois não existe uma relação linear necessária entre os objetos e objetivos dos diversos grupos que a

compõem e as lutas específicas da comunidade LGBT. Por meio da análise dos contingentes humanos que compõem a parada é possível perceber que a complexidade do campo no qual se desenrolam suas ações e a fragmentação dos objetivos em função da pluralidade dos grupos e de seus respectivos interesses, faz com que o resultado imediato da parada seja um espetáculo comemorativo grandioso, importante enquanto manifestação e expressão da sociedade civil, mas de resultados práticos bastante modestos para os objetivos da comunidade LGBT.

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais está entre aqueles alvos de inúmeras violações de direitos humanos em muitas partes do mundo. Há casos, em alguns países, que essa violação é institucionalizada. A vulnerabilidade social desse segmento é imposta por preconceito e discriminação quanto a diversas variáveis, tais como: cor/raça, orientação sexual e outras; buscou-se aqui construir um perfil das lideranças analisando-se algumas características do grupo pesquisado, especulando-se a respeito da lógica interna e das motivações dos indivíduos que o integra.

4.1.1 Ativismo político LGBT na RMB

O Movimento LGBT operacionaliza sua atuação por conta da defesa contrária aos discursos homofóbicos e culpabilizantes à construção da cidadania homossexual. O reconhecimento político enquanto sujeitos atuantes de uma política nacional, regional e municipal, agora sob viés dos direitos sociais, desejando um caráter de ação voltado, tão somente, à luta por melhores condições de saúde, principalmente com a aparecimento da AIDS.

A preocupação do Movimento LGBT em formular uma estética marcante e peculiar para o seu modo de fazer política não pode ser ignorado por aqueles que querem compreender um pouco da mecânica e de como se deu o processo do *boom* da política LGBT, a ocupação programada dos espaços públicos foi um avanço importante na visibilidade, quer seja por ações ostensivas (Paradas do Orgulho Gay) onde a essência do viés político, se evidencia, e torna públicas necessidades LGBT. Quer por ações parlamentares com proposições mais incisivas e pontuais dentro do espaço político formal.

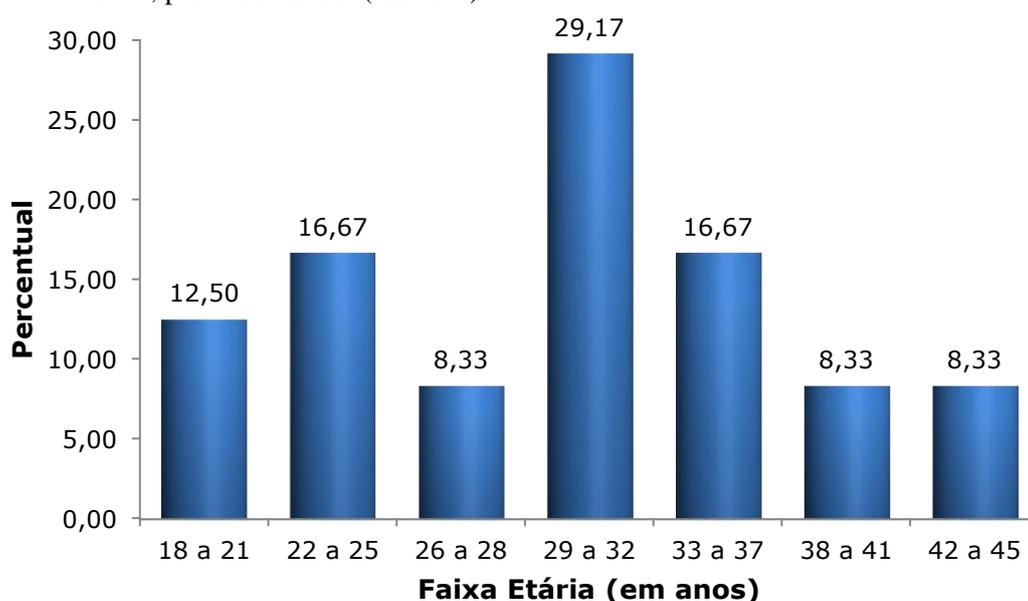
A participação dos movimentos sociais que lutaram por direitos de cidadania mais amplos, o processo de construir uma nova constituição mais democrática teve início no final

da década de 1980, caracterizado pelo esforço do Movimento LGBT de, por meio de ações conjuntas com outros grupos, com parlamentares e intelectuais, onde foi incluída a expressão “orientação sexual” nos Direitos e Garantias Individuais – o que não se concretizou, mas sinalizou para o Congresso Nacional e toda a população de que esta seria sua principal demanda para a próxima década partir de uma estrutura hierarquizada, o Movimento LGBT vai se ramificando a fim de ter uma atuação mais cirúrgica nas inúmeras regiões do Brasil; daí a existência de 141 organizações não-governamentais, cujo objetivo é promover a cidadania e construir uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, com o intuito de afirmar a livre orientação sexual e identidade de gênero.

Nesta discussão, se apresenta um perfil aproximado das lideranças LGBT na região metropolitana com base em variáveis sociodemográficas oriunda de pesquisa de campo conforme descrito no Capítulo 3 na subseção 3.3.1.

A Figura 4.1 traz informações relacionadas à faixa etária das lideranças LGBT. Percebe-se que há uma elevada concentração de 18 a 32 anos (66,67 %), neste universo, o maior percentual se encontra na faixa etária de 29 a 32 anos (29,17%), ou seja, pessoas que nasceram nas décadas de 80/90 e, portanto, em uma geração que se desenvolveu imersa nas transformações que mudaram a face do mundo, principalmente com o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e informação.

Figura 4.1: Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Faixa Etária (em anos).

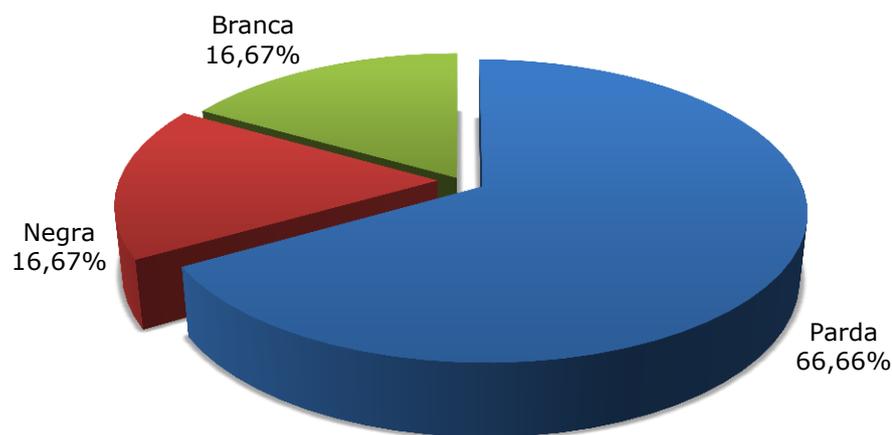


Segundo Castells (1995), o movimento LGBT serviu-se, em seu desenvolvimento, de uma série de estratégias que envolvem a utilização intensa da internet e de meios alternativos de comunicação e esse movimento, aliou-se a outros movimentos sociais urbanos e lutas políticas locais.

A utilização desses recursos tecnológicos otimizou e, ao mesmo tempo, aprofundou a crítica do movimento à sociedade conservadora, produzindo engajamentos muito mais efetivos que construíram ao longo das últimas três décadas (1990, 2000, 2010) uma pauta de luta cuja expressão mais recentes são as batalhas judiciais e culturais em defesa de várias demandas, dentre as quais a parceria homoafetiva e combate à homofobia.

Na Figura 4.2, observou-se que 66,66% das lideranças LGBT se auto declararam pardos, seguidos por brancos e negros com o mesmo percentual cada, 16,67%, confirmando assim, tendências do censo 2010 (IBGE, 2010) que, de acordo com esse levantamento a população brasileira conta com a maioria de negros (pretos e pardos totalizam 50,74%), seguida por brancos (47,73%) e amarelos e indígenas (1,09% e 0,42%, respectivamente).

Figura 4.2: Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Raça/Cor.



A Tabela 4.1 demonstra que acerca da escolaridade das lideranças LGBT, que há uma concentração clara de percentual entre ensino médio completo, ensino superior incompleto e

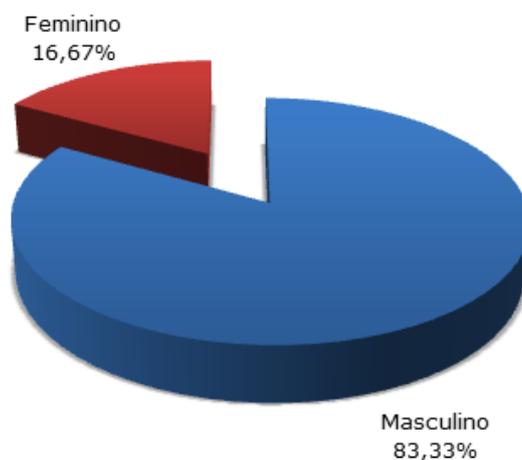
superior completo (66,67%), por se tratarem de lideranças políticas dentro do movimento LGBT, considera-se que este pode ser tomado como percentual adequado quanto à escolaridade, cujo universo de luta e defesa dos direitos da causa *gay*, necessita de uma discussão qualificada e de conhecimento amplo de questões que vão do Direito à Medicina.

Tabela 4.1: Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Grau de Escolaridade.

Grau de Escolaridade	Percentual
Ensino Fundamental Incompleto	8,33
Ensino Fundamental Completo	4,17
Ensino Médio Incompleto	8,33
Ensino Médio Completo	20,83
Ensino Superior Incompleto	25,01
Ensino Superior Completo	20,83
Pós-graduação	12,50
Total	100,00

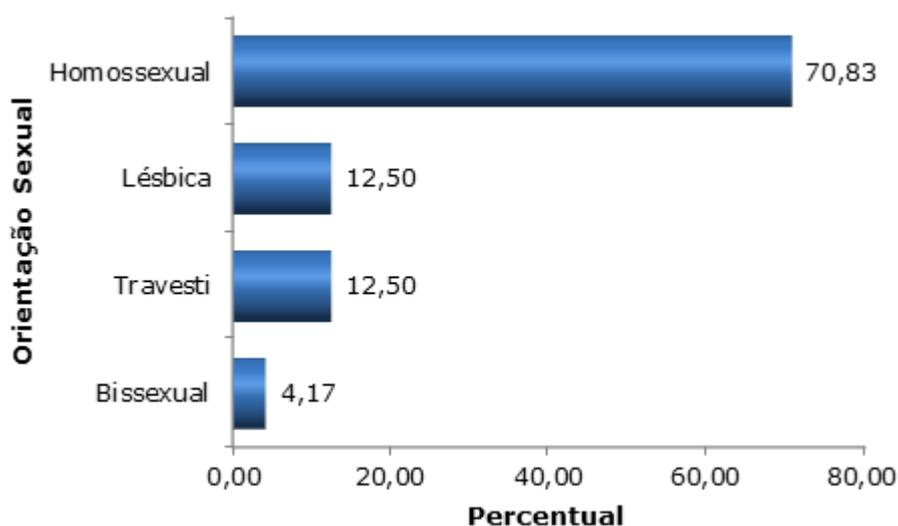
A partir da Figura 4.3 observa-se a variável identidade de gênero, ou seja, com que construções sociais de gênero se identificam as lideranças, não levando em consideração o sexo biológico do entrevistado e sim sua autodeclaração. Neste sentido, a Figura mostra que 83,33% têm a identidade de gênero masculina e 16,67% se identifica com a identidade feminina. Os dados demonstram um distanciamento percentual entre os gêneros, invertendo os resultados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), onde há na região metropolitana de Belém um número ligeiramente maior de mulheres.

Figura 4.3: Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Gênero Autodeclarado.



A indagação sobre a orientação sexual das lideranças LGBT, aponta a grande maioria de homossexuais (70,83%), seguido por Lésbicas e Travestis (12,50%, cada) e, por último a variável Bissexual (4,17%) conforme Figura 4.4. Assim, propõe-se a adoção do termo "gênero" para se referir a padrões comportamentais tipicamente masculinos e femininos (de acordo com a maior frequência de emissão dos mesmos entre homens e mulheres), "sexo" para a diferenciação genética e morfológica dos organismos em homens e mulheres (tendo a intersexualidade como um desafio teórico de enquadramento) e, por fim, "identidade de gênero" para a forma como um indivíduo se percebe e se classifica como masculino ou feminino.

Figura 4.4: Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por orientação sexual

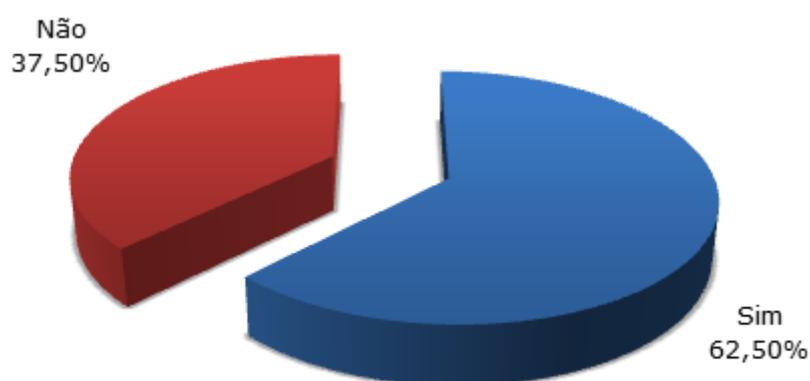


Segundo a Associação Americana de Psiquiatria (2000/2003), existe um número elevado de indivíduos que apresentam padrões de gênero típicos do sexo oposto, gerando assim uma classificação recorrente na literatura de pessoas (crianças ou adultos, homens ou mulheres) que não apresentam esses padrões, com diagnóstico clínico ou não, como sendo não conformes de gênero (FRIDELL et al., 2006). Indivíduos classificados como não conformes de gênero teriam, assim, padrões típicos de gênero inversos ao sexo biológico. Contudo, não foi encontrada, ainda, nenhuma pesquisa específica sobre como ocorre a construção da identidade de gênero nesses indivíduos.

A Figura 4.5 demonstra um dado preocupante, embora a grande maioria conheça o

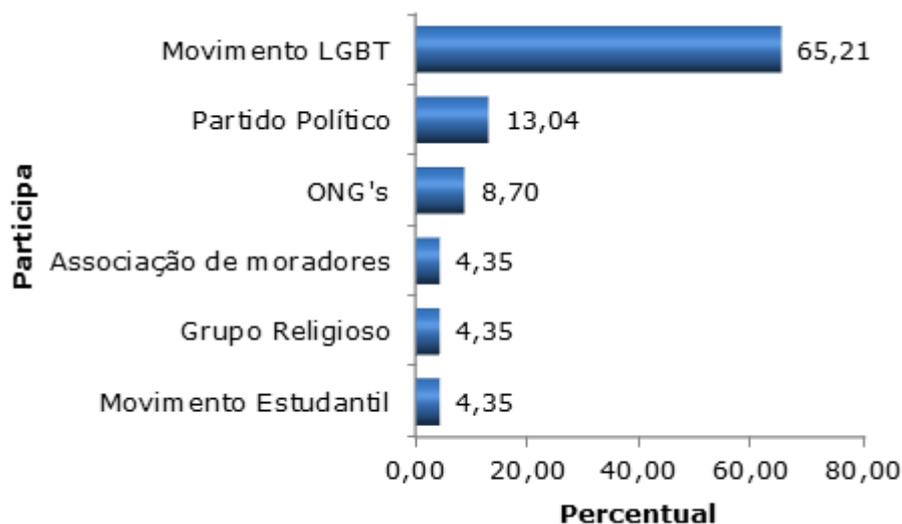
plano estadual de combate a homofobia (62,50%) em que pese que são lideranças no movimento LGBT e deveriam ter um empoderamento das principais discussões, um percentual considerável alegou desconhecer o referido plano. Percebe-se certa divergência na forma de atuação e organização que podem explicar o total desconhecimento do plano por um significativo percentual pesquisado.

Figura 4.5: Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Conhecimento do Plano Estadual de Combate a Homofobia.



Pela Figura 4.6 nota-se um dado otimista e previsível dentro da variável pesquisada, onde 65,21% participam de diversos movimentos LGBT na Região Metropolitana de Belém, além do que, percebe-se um desdobramento de ação em diversos segmentos, tais como: partido político (13,04%), ONG (8,70%), associação de moradores, grupo religioso e movimento estudantil (4,35% cada variável) possibilitando um empoderamento das principais discussões e dos diversos cenários de luta. Segundo Sandoval (1997: 20), provavelmente as relações entre o indivíduo (e sua identidade pessoal), o ator social (e sua identidade social), o cidadão (e suas identificações sociais) até o ator coletivo (e sua identidade coletiva) se definem em fluxos de interações de influências diferenciadas conforme o tipo de comportamento político, condições situacionais e contextos sociais. Isso reforça a necessidade e diversidade de participação nos movimentos sociais na região metropolitana de Belém. Há casos, que lideranças pesquisadas formalmente informaram que participam de mais de um movimento social.

Figura 4.6: Percentual das lideranças dos Movimentos LGBT da Região Metropolitana de Belém de Junho a Agosto de 2014, por Participação em Movimento Social.



4.2 VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: UM BREVE CENÁRIO

A violência e suas múltiplas ações contra a população LGBT são encontradas nas diversas formas de convívio social e constituição de identidades dos indivíduos. Pode ser encontrada no universo familiar, nas escolas, nos ambientes de trabalho, bem como, nas interfaces institucionais, tais como: Polícia Militar, Justiça, entre outros.

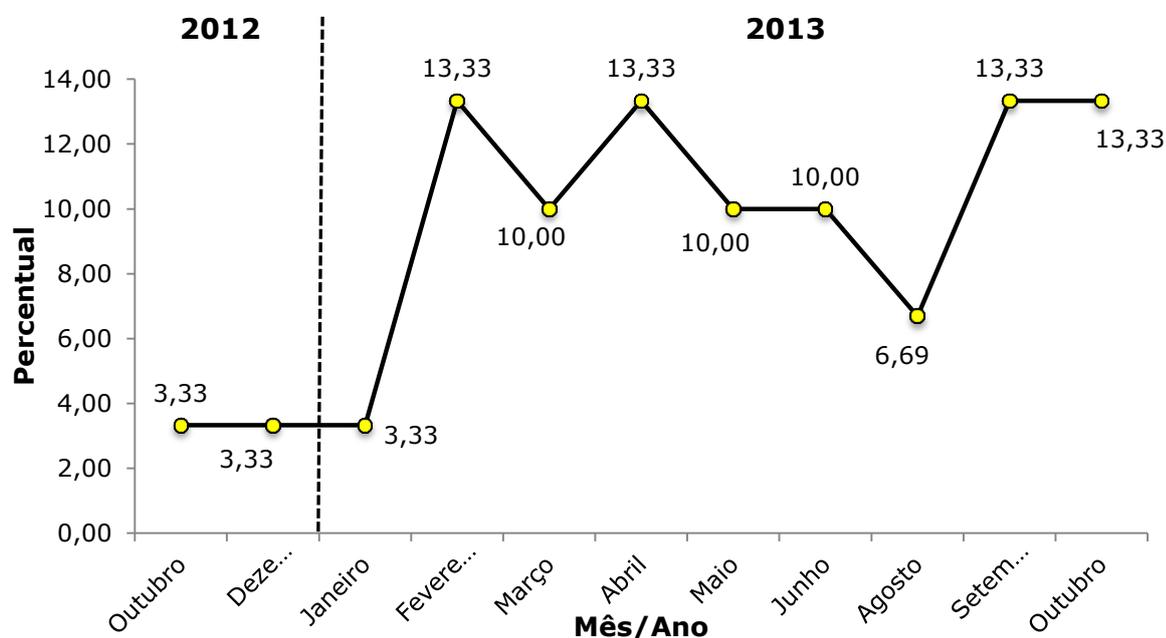
Segundo Avelar, Brito e Mello (2010), a superposição indica o agravamento da vulnerabilidade dos grupos sociais, como pobres, negros, mulheres e jovens, cuja discriminação é intensificada quando essa condição se associa a orientação sexual e ou identidade de gênero estigmatizadas.

A violação dos direitos humanos no que diz respeito à orientação sexual e identidade de gênero presumidas na RBM e em todo país constitui um padrão de variadas espécies de abusos e discriminação. A violência institucionalizada por meio da negação de oportunidades de educação, emprego, discriminações relacionadas ao gozo de ampla gama de direitos humanos, até estupros, agressões sexuais, tortura e homicídios. E tendem a ser agravadas por outras formas de violência, ódio, e exclusão, baseadas em aspectos com saúde, religião, raça/cor, deficiência e situação socioeconômica (BRASIL, 2010).

O cenário de ocorrências que se apresentou no ano de 2013 na RMB, serve inicialmente para tornar visível a violência homofóbica por meio de dados quantitativos e uma análise preliminar, a fim de introduzir uma discussão da necessidade do ativismo político LGBT e suas possibilidades políticas de ação.

A informação *mês de ocorrência da violência* demonstra uma distribuição homogênea, onde em 2012 nos meses de outubro e dezembro e janeiro de 2013 os índices obedecem a um padrão de resultados (3,33%), porém houve uma grande alta (13,33%) no mês de fevereiro de 2013, podendo ser explicada pelo período de carnaval que é de grande agitação cultural para a população LGBT na RMB. Percebe-se, a partir daí um constante aumento que oscila entre 10% (abril, maio e junho) e uma queda em agosto (6,69%), crescendo novamente em setembro e outubro (13,33%), meses de preparação e execução da parada LGBT em Belém, onde há uma mobilização com ações de esclarecimentos e incentivo ao combate da Violência Homofóbica. Percebe-se a ausência dos meses de novembro(2012) e julho (2013) nos dados repassados pelo SIAC, sem tão pouco houvesse informação por parte daquela secretaria a respeito da falta dessas informações.

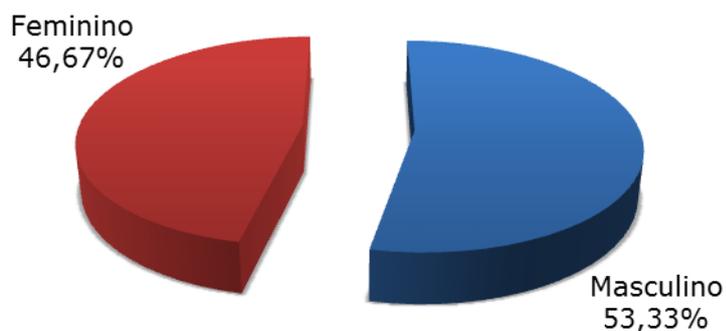
Figura 4.7: Percentual de Ocorrências de Carater Homofobico Registrada na Região Metropolitana de Belém de Outubro de 2012 a Outubro de 2013, por mês.



Fonte: SISP, JUL 2014

A variável *Gênero* apresentada pela Figura 4.8 demonstra uma aproximação dos resultados para ambos os gêneros, mesmo assim, atende o que pesquisas nacionais afirmam ao destacar que o sexo biológico masculino é predominante entre as vítimas do estudo sobre violência no Brasil (WAISELFISF, 2011).

Figura 4.8: Percentual de Ocorrências de Carater Homofobico Registrada na Região Metropolitana de Belém de Outubro de 2012 a Outubro de 2013, por Gênero da Vítima.



Fonte: SISP/JUL 2014

Observa-se na Tabela 4.2 que a residência particular (33,34%) é o local de ocorrência que se constitui como ambiente privilegiado de violação, pois condensa em si aspectos culturais (moral familiar) que muitas das vezes dificultam a denúncia e apuração dos fatos, onde um familiar mais próximo da vítima se torna o agressor mais comum. A via pública é o segundo local de violência (33,34%) percebe-se, também que grande parte dos outros locais, apresenta o termo público, isso quer dizer que a violência tem um aspecto de visibilidade e possível ação por parte do poder público que no caso não acontece. A comparação com a pesquisa realizada pelo LASIG/GEPEC (2014) na parada LGBT deste mesmo ano, revela uma diferença entre os locais de maior ocorrência, quanto que com as lideranças a residência particular é o local de maior incidência (33,34%) a pesquisa na parada LGBT aponta o local público com maior percentual (57,58%).

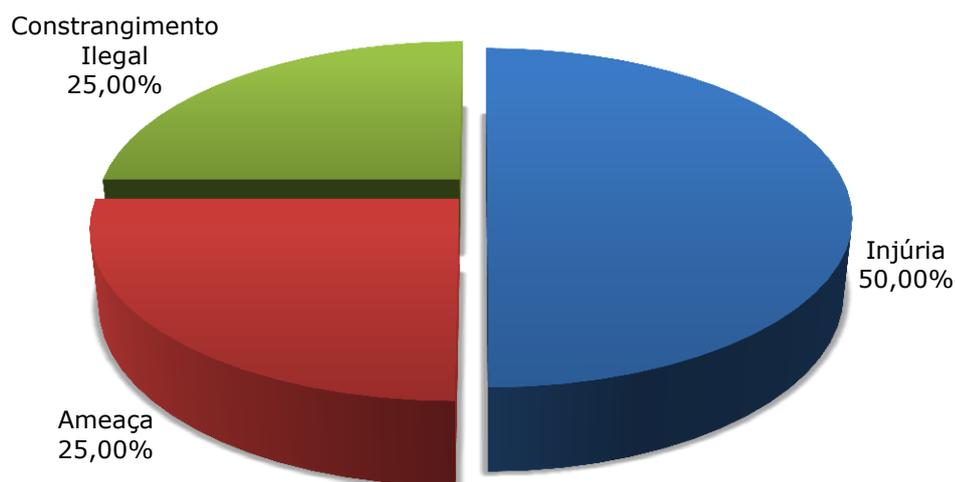
Tabela 4.2: Percentual de Ocorrências de Carater Homofóbico Registradas na Região Metropolitana de Belém de Outubro de 2012 a Outubro de 2013, por Local de Ocorrência.

Local de Ocorrência	Percentual
Residência Particular	36,67
Via Pública	33,34
Casa Comercial	10,00
Edifício Público	3,33
Prédio	3,33
Outros	13,33
Total	100,00

Fonte: SISP/JUL 2014

Por não se tratar como crime, a homofobia é registrada como injúria racial, portanto pode ser caracterizada como violência psicológica, onde a injúria assume a ponta como principal grupo de ocorrência (50%), seguida por ameaça e constrangimento ilegal (25% cada), conforme mostra a Figura 4.9. A pesquisa LASIG/GEPEC (2012) aponta agressão física com maior percentual (60,00%), diferenciando da pesquisa com as lideranças. A falta de criminalização da Homofobia dificulta o registro e apuração, tornado diversificado sobre a forma de violência sofrida pela população LGBT.

Figura 4.9: Percentual de Ocorrências de Carater Homofóbico Registrada na Região Metropolitana de Belém de Outubro de 2012 a Outubro de 2013, por Tipo de Registro.



Fonte: SISP/ JUL 2014

A discriminação por orientação sexual é, sem dúvida, a principal ocorrência contra a população LGBT, por conta da falta da criminalização da homofobia, reforça a impunidade e possibilita o aumento dessas ocorrências. Segundo Bourdieu (1989), a discriminação traz consigo um forte componente, a violência simbólica que é exercida também pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro (ZALUAR, 1999). O teor psicológico dessas ocorrências por falta da criminalização está refletida nos resultados, onde percebe-se a dificuldade de inferir legalmente culpa aos autores.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo se propõe apresentar considerações, reflexões e recomendações para futuros trabalhos.

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida para a realização deste trabalho foram os dados empíricos coletados durante a entrevista com as lideranças LGBT e análise de dados do Sistema Integrado de Segurança Pública do Pará relativos às ocorrências de caráter homofóbico na Região Metropolitana de Belém, os quais, por meio de análises e comparações sucessivas permitiram construir o perfil aproximado dessas lideranças, bem como entender o contorno político na atuação em prol da construção da cidadania homossexual. Apesar desse estar consciente da pluralidade e da complexidade das variáveis envolvidas em um fenômeno dessa ordem, e da certeza de que não foram abordadas todas e mesmas àquelas sobre as quais refletiu-se não se conseguiu atingir a profundidade analítica que seria adequada, ainda assim, cremos ter sistematizado um conjunto importante de informações que poderá ajudar no desenvolvimento das investigações subsequentes.

Da análise feita podemos concluir que: a grande maioria das lideranças é oriunda das décadas de 1980/90 (66,67%) se encontra na faixa etária de 18 a 32 anos, portanto, fruto de uma geração combativa e ligada aos avanços tecnológicos que em muito ajudaram na luta e divulgação da causa LGBT. A variável cor/raça não surpreendeu, por se trata de auto declaração, atendeu aos estudos censitários que atestam a cor/raça parda como a mais frequente nessas pesquisas, seguida por branca e negra.

Os dados também apontam que a variável gênero (homens e mulheres) com um número bem maior de homens (83,33%), que participam ativamente da luta LGBT, esses números indicam também que embora mais da metade da população brasileira seja composta por mulheres, a pesquisa apontou uma diferença imensa em participação de gênero mulher (16,67%) na discussão LGBT na RMB.

A grande maioria das lideranças é formada por Homossexuais (70,83%) seguida por lésbicas e travestis (12,50%) cada segmento e por último bissexual (4,17%), com uma escolaridade considerada dentro dos padrões para discussão de assuntos polêmicos que exijam conhecimento variados, ficando entre ensino médio completo e superior completo (66,67%), com um alto número que possui pós-graduação (12,50%) em relação aos que tem de ensino fundamental incompleto a ensino médio incompleto (20,83% três somadas). Todos declararam que estão engajados em movimentos sociais, embora militarem em movimentos LGBT (65,21%), partido políticos (13,04 %), seguidos por ONGS (8,70%) e ainda associação de moradores, grupos religiosos e movimento estudantil, essa militância específica não impede de uma transversalidade de ação, isto é, atuarem em outros movimentos, aumentando assim a participação política dessas lideranças.

Apesar dos avanços na luta LGBT, o movimento lida com dificuldades na direção a proposições mais amplas, o ativismo político indica uma mudança em andamento que aponta para uma verdadeira renegociação do pacto sexual em suas diferentes dimensões e formas de manifestação. Como tal, exige que se compreenda a questão da homossexualidade e do surgimento do movimento organizado LGBT como uma das expressões de liberdade e de busca por cidadania que é fruto, em grande parte, das contradições do mundo objetivo no qual se movimentam esses sujeitos. Nesse sentido, a parada não é simplesmente um movimento em defesa do direito de escolher a quem e como amar. É também a expressão de poderosas identidades que desafiam as estruturas sobre as quais a sociedade está construída.

Diante disso, se pode concluir que a Homofobia no Brasil segue um modelo que fortalece a violação aos direitos humanos e trata de forma discriminadora toda e qualquer sexualidade divergente da heterossexual, atingindo de forma frontal a população LGBT em todos os níveis e espaços sociais, tornando o Brasil um país sexista, machista e misógina.

O estudo em relação ao Estado do Pará reflete de forma clara o que ocorre em todo o país. Casos de homofobia crescem a cada ano, mesmo face à intervenção do poder público por meio de políticas públicas afirmativas. A principal vítima da violência homofóbica é o jovem de cor negra e parda, confirmando que pesquisas de vitimização apontam os mesmos resultados, levando a crer que isso se dá pela negação desses jovens às restrições impostas pelos guetos LGBT, havendo exposição em espaços sociais nada seguro, onde vivem livremente sua orientação sexual sem preconceito e pudor, atijando a gana homofóbica das ruas brasileiras.

Outro segmento sujeito á violência homofóbica é o travesti e transsexuais em virtude da exposição diária em locais públicos de grande rotatividade e em horários onde o poder público não se faz presente por meio da segurança pública, tornando-os alvos fáceis da homofobia.

Os espaços sociais mais comuns para o cometimento da homofobia ainda são a rua e casa, dificultando uma ação mais concreta do poder público, por ser uma ocorrência de difícil prevenção, pois se concretiza dentro do universo familiar, onde há certa proteção ao agressor por parte dos familiares por conta da unidade familiar.

De acordo com esse cenário e observações citadas, Sugere-se:

1. Que trabalhe a juventude LGBT vítima da violência homofóbica por meio de capacitação e interação em espaços públicos sujeitos à homofobia;
2. Que os espaços de denúncia sejam mais acessíveis à população vítima de homofobia, principalmente com agentes treinados e capacitados a respeito;
3. Que sejam divulgadas ações afirmativas por meio de campanhas das ações de enfrentamento à homofobia;
4. Que a Segurança Pública descentralize o atendimento das ocorrências de caráter homofóbico para todas as delegacias na Região Metropolitana de Belém;
5. Que a homofobia seja criminalizada;
6. Que seja criado um grupo de discussões permanente entre o poder público e as lideranças LGBT com ações deliberativas e executivas;
7. Que sejam compartilhadas ações e dados sobre homofobia;
8. Que sejam criados espaços de socialização e capacitação às lideranças LGBT.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Diante dos resultados obtidos e face às dificuldades encontradas, recomenda-se o seguinte para trabalhos futuros:

- (i) Realizar uma pesquisa em todo o Estado com as lideranças LGBT;
- (ii) Comparar os dados desta pesquisa com de outras regiões metropolitanas do Brasil;
- (iii) Estudar aspectos relacionados a Homofobia dentro de alguns órgãos governamentais nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: **Sociologias**, n. 8. Porto Alegre, Jul/Dez, 2002.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4. ed. Rev. 1. Reimpr. São Paulo: Artmed, 2003.
- AVELAR, L.; BRITO, W.; MELLO, L.A. **(In)segurança pública que o estado brasileiro oferece à população LGBT**: Mapeamento crítico preliminar de políticas públicas. Goiânia: Sertão, 2010.
- BANDEIRA, L. **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: CEPAL/Secretaria Especial de Políticas para mulheres, 2005.
- BEATO FILHO, C. C.; SOUZA, R. S. R. Controle de homicídios: a experiência de Belo Horizonte. **Cadernos Adenauer**, Ano IV, n. 3, p. 51-74, 2003.
- BECK, Ulrich. A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BOLFARINE, H; BUSSAB, W. O. **Elementos de Amostragem**. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: companhia das letras, 1994.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. **Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT**. Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLTB. Brasília, 2008b.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2008a
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos- PNDH 2**. Brasília, 2002.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, 2009b.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** - PNPCDH-LGBT. Brasília, 2010.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2010**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2011.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília, 2009a.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CASTELS, Robert. **Les Métamorphoses de la question sociale: Une chronique Du salariat**. Paris: Fayard, 1995.

COSTA, Jurandir F. **A Face e o Verso: estudos sobre homoerotismo II**. São Paulo: Escuta, 1995.

COSTA, Jurandir F. **A Inocência e o Vício**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

CROCHIK, José Leon. **Preconceito – indivíduo e cultura**. São Paulo: Rode, Ed. 1995.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos, 1948.

DOANE, David P.; SEWARD, Lori E. **Estatística Aplicada à Administração e à economia**. São Paulo: McGraw-Hill Brasil, 2008.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história de costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, V. 1, 1990.

ELIAS, Nobert. **Processo Civilizador: Formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, V. II, 1993.

FACCHINI, R. **Sopa de Letrinhas?: Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamona, 2005.

FALEIROS, Vicente de P. **A política social no Estado capitalista**. SP: Cortez, 2007.

FARAH, M. F. S. "Gênero e políticas públicas". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004, p. 47-71.

FERNANDES, C. R. Segurança para viver: propostas para uma política de redução da violência entre os adolescentes e jovens, In: NOVAIS, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e sociedade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** – a vontade do saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FRASER, Nancy. "Recognition without ethics?". **Theory, Culture & Society**, London, v. 18, n. 2-3: 21-42, 2001.

FREY, K. "Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões à prática da análise de políticas públicas no Brasil". **Planejamento e políticas públicas**, nº 21, 2000, p. 211-259.

FRIDELL, S. R.; OWEN-ANDERSON, A.; JOHNSON, L. L.; BRADLEY, S. J.; ZUCKER, K. J. The playmate and play style preferences structured interview: A comparison of children with gender identity disorder and controls. **Psychological Review**, v. 107, n. 3, 411-429, 2006.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HESPANHA, Pedro. Novas desigualdades, novas solidariedades e reforma do Estado. **Revista crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, CES, nº 54, Jun 1999. Pp. 69-78.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1996.

IANNI, Octávio. **Sociedade Global**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1992.

IGNÁCIO, S. A. **Importância da Estatística para o Processo de Conhecimento e Tomada de Decisão**. Notas técnicas do Iparades. Curitiba, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em: 25 Nov. 2013.

LASIG/GEPEC – Laboratório de Sistemas de Informação e Georreferenciamento - Grupo de Estudos e Pesquisas Estatísticas e Computacionais, Universidade Federal do Pará. **Relatório Técnico: Relatório da Pesquisa Amostral Realizada na XI Parada do Orgulho LGBT do Município de Belém, p. 1-55, 2012.**

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, Ângela; MAIA, Rousiley. O apelo emocional e a mobilização para a deliberação: o vínculo homoerótico em telenovelas. In: **Contemporânea** – Revista de Comunicação e Cultura/Journal of Communications and Culture, v.1, n.1, 2003.

MIRANDA, A. P. M. **Gestão da informação, análise criminal e sentimento de (in)segurança**: considerações para a construção de políticas públicas de segurança. 2009.

MOOT, Luiz. Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14 n. 2, set. 2006

MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

OBSERVATORIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DERECHOS EM EL MERCOSUR. Políticas públicas de derechos humanos em elMercosur: um **compromiso** regional. Montevideo: Productora Editorial, 2004.

OLIVEIRA, Alfredo Almeida Pino de. **Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto “Nossas crianças: Janelas de oportunidades” no município de São Paulo à luz da Promoção da Saúde**. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PARÁ. Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos. Coordenadoria de Proteção a Livre Orientação Sexual. **Plano Estadual de Combate à Homofobia**. Belém, 2008.

PEREIRA, C. *et al* (Orgs.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: LOPES, José Reinaldo de Lima; VENTURA, Miriam; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; LOREA, Roberto Arriada (Orgs.). **Em defesa dos direitos sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

RIZZO, Domenico. Esfera pública y políticas gays desde la segunda guerra mundial. In **Gays y Lesbianas Vida y Cultura: un legado universal**. Ed. Nerea, 2006.

RUA, M. Graças. AGUIAR, Alessandra T. "A Política Industrial no Brasil 1985 1992: Políticos, Burocratas e Interesses Organizados no Processo de PolicyMaking". in **Planejamento e Políticas Públicas**, No. 12, jul dez 1995.

SAMPAIO, J.; ARAÚJO JR, J. L. "Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids". **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 6, n. 3, 2006, p. 335-346.

SANDOVAL, S. A. M. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: A reaproximação da sociologia e da psicologia social. In L. CAMINO, L. Lhuller; SANDOVAL, L. (Eds.). **Estudos sobre comportamento político**. Teoria e pesquisa. Florianópolis, SC: Obra Jurídica, 1997. pp. 13- 23.

SILVEIRA JUNIOR, Roberto Silva da. Homicídio em Marabá: a desinformação da informação na construção do perfil da vítima, do agressor e do delito. 2013, Belém, Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) Universidade Federal do Pará, 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. Prefácio. In: RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento, 1994.

SOUZA, C. "'Estado do campo' da pesquisa em políticas públicas no Brasil". Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 18, nº 51, 2003a, p. 15-20. [Links]

SOUZA, C. "Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa". Caderno CRH, Salvador, nº 39, vol. 16, 2003b, p. 11-24. [Links]

TAVARES DOS SANTOS, J. V. A cidadania dilacerada. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 37, p. 131-148, jun.1993.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOURAINE, Alain. **O que é democracia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

TOURAINE, Alain. **Podemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2012**. Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil. São Paulo: InstitutoSangari, 2011.

WEEKS, Jeffrey. **Sexuality** (key ideas). 2. Ed. Routledge, 2003.

WEINBERG, George. **Society and the Healthy Homosexual**. New York: St Martin's, 1972.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e a homofobia. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, ano 9, v. 9, segundo semestre de 2001, pp. 461-481.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3. São Paulo, Jul/Set. 1999.

GLOSSÁRIO

Lésbicas

É uma mulher homossexual, cujo amor e atração física é referente a outras mulheres. Como lésbicas, as mulheres não sentem qualquer desejo ou atração física por um elemento do sexo oposto. Ainda em jeito de curiosidade, destacamos a origem do nome Lésbica, que remonta para a ilha grega de Lesbos e para a interpretação dos poemas de Safo, que refletiam um amor sexual entre ela e outras mulheres.

Gays

Em contraste com o conceito de lesbianismo, Gays são homens que sentem atração física e sentimentos de amor apenas por pessoas do mesmo sexo, ou seja, outros homens. Esta condição pressupõe um distanciamento sexual relativamente ao sexo oposto.

Bisexuais

Manifestam tendência afetiva e sexual para com membros do mesmo sexo e de sexo oposto. Estudada por sexólogos e outros profissionais, esta orientação sexual é motivo de dúvida para muitos e uma certeza para outros.

Transgêneros

É um indivíduo que possui uma identidade de gênero diferente do gênero de nascimento, porém não deseja viver e ser aceito como no sexo oposto, pois estão constantemente em mudança de um gênero para o outro. As *drags queens* são aliadas a este conceito ao vestirem-se como o sexo oposto por prazer ou por profissão. É de destacar que uma drag queen não tem que ser, necessariamente, homossexual.

Transexuais

São indivíduos que possuem uma identidade de gênero diferente do gênero do nascimento, à semelhança dos transgêneros. Ainda assim destacam-se pelo desejo de viver e ser aceito como sendo do sexo oposto. A Organização Mundial de Saúde (OMS) trata a transexualidade como um transtorno de identidade de gênero e só quando o médico detecta o transtorno, a cirurgia de mudança de sexo é possível acontecer.

Simpatizantes

São aqueles que não possuem qualquer preconceito para com os LGBT mesmo sendo heterossexuais. Os simpatizantes apoiam totalmente a legalização dos direitos homossexuais sem estarem relacionados com eles.

Sexísismo

Relaciona-se com a associação de determinadas capacidades a grupos ou indivíduos por causa do sexo a que pertencem.

APÊNDICE

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS LIDERANÇAS LGBT



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Questionário N°.: _____

Entrevistador: _____

Data _____

DADOS PESSOAIS

- 1) IDADE: _____ 2) COR/RAÇA: () Branco () Pardo () Amarelo () Índio () Negro
 3) GRAU DE ESCOLARIDADE: () Não estudou () EF Completo () EM Completo () ES Completo
 () EF Incompleto () EM Incompleto () ES Incompleto () Pós-graduação
 4) PROFISSÃO: _____ 5) RENDA FAMILIAR: R\$ _____
 6) QUAL SEU ESTADO CIVIL? () Solteiro () Casado/União Estável () Viúvo () Divorciado/Separado
 7) ONDE VOCÊ RESIDE? Estado _____ Cidade _____ Bairro _____

PERGUNTAS GERAIS

- 8) GÊNERO DO ENTREVISTADO: () Feminino () Masculino
- 9) COM RELAÇÃO A SUA SEXUALIDADE, COM QUAL CATEGORIA VOCÊ SE IDENTIFICA?
 () Heterossexual (**VÁ PARA N°15**) () Homossexual () Travesti () Transexual
 () Bissexual () Lésbica () Outro: _____
- 10) VOCÊ JÁ ASSUMIU SUA SEXUALIDADE? (**MÚLTIPLA ESCOLHA**)
 () NÃO. POR QUÊ? () Medo por discriminação () Perder o respeito na escola/trabalho (**VÁ PARA N°15**)
 () Não aceitação da família () Outros _____
- () SIM, PARA QUEM?
 () Para toda sociedade () Colegas de trabalho () Profissionais de saúde (médico, psicólogo, etc.)
 () Amigos () Colegas de escola/faculdade () Outras pessoas: _____
 () Família. QUAL(IS)? () Mãe () Pai () Avô () Avó () Irmão () Irmã
 () Tio () Tia () Outro: _____
- 11) COM QUE IDADE VOCÊ ASSUMIU SUA SEXUALIDADE (PELA PRIMEIRA VEZ)? _____
- 12) VOCÊ POSSUI NOME SOCIAL? () Não () Sim. SE SIM, QUE TIPO DE NOME? () Masculino () Feminino
- 13) TEM CARTEIRA SOCIAL? () Sim () Não. SE NÃO, PORQUE? _____
- 14) VOCÊ JÁ FEZ MODIFICAÇÕES EM SEU CORPO DEVIDO SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?
 () Não () Sim. QUAL O MOTIVO? _____
- 15) VOCÊ CONHECE O PLANO ESTADUAL DE CONBATIA A HOMOFOBIA?
 () Sim () Não
- 16) VOCÊ PARTICIPOU DA DISCURSÃO DO PLANO? () SIM () Não
- 17) EM RELAÇÃO À DEFESA DOS DIREITOS DOS LGBT'S NO MUNICÍPIO, DE SUA RESIDÊNCIA, VOCÊ CONSIDERA O GOVERNO: () Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Ótimo () Não sabe
- 18) EM RELAÇÃO À DEFESA DOS DIREITOS DOS LGBT'S NO ESTADO, DE SUA RESIDÊNCIA, VOCÊ CONSIDERA O GOVERNO: () Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Ótimo () Não sabe
- 19) EM RELAÇÃO À DEFESA DOS DIREITOS DOS LGBT'S NO BRASIL, VOCÊ CONSIDERA O GOVERNO:
 () Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Ótimo () Não sabe
- 20) VOCÊ PARTICIPA OU JÁ PARTICIPOU DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL? () Não () Sim (QUAL?)
 () ONG's () Partido político () Movimento LGBT () Associação de moradores
 () Sindicato(s) () Grupo(s) religioso(s) () Movimento estudantil () Outros: _____
- 21) CONHECE A LEI DE PARCERIA CIVIL? () Sim () Não
- 22) VOCÊ SABE O QUE É HOMOFOBIA? () Sim () Não (**VÁ PARA N° 29**)

23) VOCÊ CONHECE O PROJETO DE LEI QUE CRIMINALIZA A HOMOFOBIA?

Não conheço Conheço. **QUAL SUA OPINIÃO?** Concordo Discordo

VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELO LGBT DESDE OUTUBRO DE 2012. (SOMENTE PARA LGBT)

24) VOCÊ JÁ SOFREU, ALGUMA DISCRIMINAÇÃO DEVIDO SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?

Não (**VÁ PARA Nº 31**) Sim (**QUAIS?**) (**MÚLTIPLA ESCOLHA**)
 Ter sido demitido do emprego Ter sido excluído(a) ou marginalizado(a) em ambiente familiar
 Ter recebido tratamento diferenciado Ter sido excluído(a) / marginalizado(a) de grupo de amigos ou vizinhos
 Ter sido impedido de entrar em comércio/locais de lazer
 Ter sido excluído(a) ou marginalizado(a) em ambiente religioso Outros: _____

25) QUEM FOI A PRIMEIRA PESSOA QUE DISCRIMINOU VOCÊ DEVIDO SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?

Mãe Pai Professor(a) Vizinho(a) Outro _____ **LOCAL:** _____

26) VOCÊ FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DEVIDO À SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?

Não (**TERMINA A ENTREVISTA!**) Sim **QUANTAS?** _____ (**NÃO ESQUEÇA DE FAZER O ANEXO!!**)

27) DESCRIÇÃO DA PRIMEIRA VIOLÊNCIA

Tipo de Violência _____ Qtd. Agressores: _____ Bairro: _____ Cidade: _____

28) VOCÊ CONHECIA O ACUSADO? Sim (**QUEM?**) Não (**VÁ PARA Nº 34**)

Morador do bairro Vizinho Outros: _____
 Membro da família **QUAL PESSOA?** Mãe Pai Outro _____

29) SEXO DO AGRESSOR: Masculino Feminino

30) HORÁRIO: Madrugada Manhã Tarde Noite

31) DIA DA SEMANA: Domingo Terça-feira Quinta-feira Sábado
 Segunda-feira Quarta-feira Sexta-feira Não lembra

32) ONDE OCORREU? Casa Trabalho Escola/Faculdade
 Local Público Estabelecimento Comercial Outros _____

33) VOCÊ FEZ OCORRÊNCIA? Sim (**SE FEZ OCORRÊNCIA, ONDE REALIZOU?**)

Delegacia de Polícia. Bairro: _____ Cidade: _____, **PORQUE NÃO FEZ NA DELEGACIA DE CRIMES DISCRIMINATÓRIOS?** Não Conheci Outros _____

Delegacia de Crimes Discriminatórios

Não (**SE NÃO FEZ OCORRÊNCIA, POR QUAL MOTIVO?**)

Não sabia que o fato era considerado um crime Não resolveria nada Medo de retaliação
 Por sofrer constrangimento dentro da delegacia Medo da Polícia (PM/PC) Descaso
 Não havia delegacia próximo do local do crime Outros: _____

34) VOCÊ SABE SE SUA OCORRÊNCIA VIROU PROCESSO? Não Sim. **SE SIM, FEZ ACOMPANHAMENTO?** Sim Não